

**Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de São Carlos****Oficial: César Augusto Di Natale Nobre**

Rua Conde do Pinhal, 1807 - Centro, São Carlos - SP

Telefone: 16 3371-4099 - Site: www.riscsp.com.br

**CERTIDÃO DE REGISTRO PESSOA JURÍDICA**

**César Augusto Di Natale Nobre, Oficial de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Comarca de São Carlos, C.N.P.J 64.247.396/0001-59.**

**CERTIFICA** que o título referente a natureza ATA DE REFORMA ESTATUTÁRIA / ESTATUTO SOCIAL foi prenotado em 22/12/2025, sob nº 41841, averbado sob nº 7035 e ato nº 14, a margem do registro primitivo nº 3336, no Oficial de Registro Civil de

Descrição da cobrança:	Selo:	Valor
AVERBAÇÃO	1144134TABQ000021979DL26R	R\$ 96,50
MICROFILME	1144134PJRL000021980PX26F	R\$ 13,31
REGISTRO POR PÁGINA QUE ACRESCE	1144134TICM000021981VC261	R\$ 190,88

**Interessado:** MIRIAN DE FATIMA APARECIDA FABRICIO PICON**Natureza do título:** ATA DE REFORMA ESTATUTÁRIA / ESTATUTO SOCIAL

São Carlos, 06 de fevereiro de 2026

  
**HENDERSON WELLITON MUNHOZ**  
Escrevente Autorizado

Valor devido pelos atos:	R\$ 300,69	<b>Emolumentos</b>	R\$ 180,39
		<b>Estado</b>	R\$ 51,19
Diligências, correios, etc...	R\$ 0,00	<b>IPESP</b>	R\$ 35,04
		<b>SINOREG</b>	R\$ 9,55
Depósito Prévio:	R\$ 420,00	<b>Tribunal de Justiça</b>	R\$ 12,36
		<b>Ministério Público</b>	R\$ 8,60
Saldo:	R\$ 119,31	<b>Município</b>	R\$ 3,56

**SELO DIGITAL**

Consulte pelo site:  
<https://selodigital.tjsp.jus.br>

**RECIBO**

São Carlos, SP, data \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Declaro que recebi a 1ª via deste recibo, bem como recebi o saldo na importância de R\$ 119,31

  
**06 FEV. 2026**

Nome: \_\_\_\_\_

End: \_\_\_\_\_ **OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS E ANEXOS**

Prenotação nº 41841







Casa da Infância  
Estrela da Manhã



**Ilmo. Sr. Oficial do Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas da  
Comarca de São Carlos- SP**

**“AMIGOS DE SÃO JUDAS TADEU- ASJT”:** CNPJ  
05.212.549.0001-63 com sede na Rua Isak Falgen, nº 385- Bairro Antenor Garcia,  
município de São Carlos-S, CEP 13573- 314, [estreladamanha.asjt@hotmail.com](mailto:estreladamanha.asjt@hotmail.com),  
[www.amigosdesaojudas.org.br](http://www.amigosdesaojudas.org.br), neste ato representada por seu Presidente da  
Diretoria Executiva, Mirian de Fátima Aparecida Fabricio Picon. RG: 11485105-0  
SSP/SP, CPF.226.055.318-48, brasileira, casada, empresária, residente à Rua José  
Marrara, nº 234, Jardim Cardinali, CEP 13569-560, email:[mirianpicon@yahoo.com.br](mailto:mirianpicon@yahoo.com.br),  
vem, respeitosamente à presença de V.S.<sup>a</sup> requerer a averbação da alteração do  
Estatuto Social.

Nestes termos,

P. Deferimento

São Carlos, 28 de novembro de 2025

Mirian de Fatima Aparecida Fabricio Picon  
(Presidente da Diretoria Executiva)

**Amigos de São Judas Tadeu-ASJT**

CNPJ.05.212.549.0001-63

Rua Isak Falgen, 385- A. Garcia-

São Carlos-SP- CEP 13574-314

Tel. 3375-3507

[www.amigosdesaojudas.org.br](http://www.amigosdesaojudas.org.br)






## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Pelo presente, ficam convocados todos os interessados para participarem da Assembleia Geral, que se realizará no dia 29/10/2025, nesta cidade de São Carlos S.P., na Rua Isak Falgen 385, Antenor Garcia, São Carlos-SP, em 1ª (primeira) chamada às 14:00 horas, em 2ª (segunda) chamada, às 14:30 horas, para deliberarem quanto à:

**Alteração do estatuto social visando retificar a cláusula de destinação do**

### **Patrimônio**

Documento assinado digitalmente  
 MIRIAN DE FATIMA APARECIDA FABRICIO PICON  
Data: 22/10/2025 19:27:48-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Mirian de Fátima Aparecida Fabrício Picon  
Presidente

São Carlos, 22 de outubro de 2025

**Amigos de São Judas Tadeu-ASJT**  
CNPJ.05.212.549.0001-63  
Rua Isak Falgen, 385- A. Garcia-  
São Carlos-SP- CEP 13574-314  
Tel. 3375-3507  
[www.amigosdesaojudas.org.br](http://www.amigosdesaojudas.org.br)





Casa da Infância  
Estrela da Manhã



AMIGOS DE  
SÃO JUDAS TADEU



## **Ata da Assembleia Geral Extraordinária de Alteração do Estatuto Social**

**Amigos de São Judas Tadeu-ASJT**

**CNPJ. 05.212.549.0001-63**

Aos 29 de outubro de 2025, às 14:00 hrs e as 14:30 hrs, em segunda chamada atendendo o edital de convocação de 22 de outubro de 2025, nesta comarca de São Carlos, estado de São Paulo, na Rua Isak Falgen, 385, Antenor Garcia, CEP 13573-314 São Carlos-SP, reuniram-se os associados da Amigos de São Judas Tadeu-ASJT, conforme relação de presença anexo, nos termos do estatuto em vigor, para deliberarem quanto a:

### **ALTERAÇÃO DOS DIZERES DO ART.32 DO ESTATUTO SOCIAL CUJA CLÁUSULA CONTINHA OS DIZERES:**

No caso de dissolução da entidade o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza, e que tenha, preferencialmente o mesmo objetivo social, e com sede no Município de São Carlos, Estado de São Paulo.

#### **Para os seguintes dizeres:**

No caso de dissolução ou extinção da instituição, o patrimônio e os bens remanescentes, após os pagamentos de todas as dívidas -se existentes, serão doados a uma entidade congênere, registrada no CNAS- Conselho Nacional de Assistência Social, ou órgão competente que vier a substituí-lo, a critério da Assembleia Geral.

**Amigos de São Judas Tadeu-ASJT**

CNPJ.05.212.549.0001-63

Rua Isak Falgen, 385- A. Garcia-

São Carlos-SP- CEP 13574-314

Tel. 3375-3507

[www.amigosdesaojudas.org.br](http://www.amigosdesaojudas.org.br)



REPUBLICA DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE AGRICULTURA

DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA

SECRETARIA DE AGRICULTURA

TABELÃO D  
(16) 21071

REPUBLICA DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE AGRICULTURA  
DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA  
SECRETARIA DE AGRICULTURA  
DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA  
SECRETARIA DE AGRICULTURA  
DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA  
SECRETARIA DE AGRICULTURA  
DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA

REPUBLICA DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE AGRICULTURA  
DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA  
SECRETARIA DE AGRICULTURA  
DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA  
SECRETARIA DE AGRICULTURA  
DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA  
SECRETARIA DE AGRICULTURA  
DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA

REPUBLICA DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE AGRICULTURA  
DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA  
SECRETARIA DE AGRICULTURA  
DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA  
SECRETARIA DE AGRICULTURA  
DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA  
SECRETARIA DE AGRICULTURA  
DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA

REPUBLICA DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE AGRICULTURA  
DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA  
SECRETARIA DE AGRICULTURA  
DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA  
SECRETARIA DE AGRICULTURA  
DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA  
SECRETARIA DE AGRICULTURA  
DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA

REPUBLICA DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE AGRICULTURA  
DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA  
SECRETARIA DE AGRICULTURA  
DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA  
SECRETARIA DE AGRICULTURA  
DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA  
SECRETARIA DE AGRICULTURA  
DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA

REPUBLICA DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE AGRICULTURA  
DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA  
SECRETARIA DE AGRICULTURA  
DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA  
SECRETARIA DE AGRICULTURA  
DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA  
SECRETARIA DE AGRICULTURA  
DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA



Casa da Infância  
Estrela da Manhã



AMIGOS DE  
SÃO JUDAS TADEU




A reunião foi presidida pela presidente a Sra. Mirian de Fatima Aparecida Fabricio Picon que escolheu a mim Leda Maria Luciano Carmassi para secretariá-lo.

Aberta a sessão foi lida a ordem do dia, constando a alteração do art. 32 do Estatuto Social.


Após leitura e discussão, a proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes Nada mais havendo a tratar, a presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a assembleia. da qual eu Leda Maria Luciano Carmassi, lavrei a presente ata que, lida e achada conforme, vai assinada por mim e os demais presentes.

Mirian de Fatima Aparecida Fabricio Picon  2tab vide verso

Mirian de Fatima Aparecida Fabricio Picon  
(Presidente)  
CPF 226.055.318-48

Sueli Neves Cardoso  2tab vide verso

Sueli Neves Cardoso  
(Vice-presidente)  
CPF 002.801.048-55

Leda Maria Luciano Carmassi  2tab vide verso

Leda Maria Luciano Carmassi  
(Secretaria)  
CPF. 938.577.218-04

*Handwritten signatures of several people, including Mirian de Fatima Aparecida Fabricio Picon, Sueli Neves Cardoso, and Leda Maria Luciano Carmassi.*

**Amigos de São Judas Tadeu-ASJT**  
CNPJ.05.212.549.0001-63  
Rua Isak Falgen, 385- A. Garcia-  
São Carlos-SP- CEP 13574-314  
Tel. 3375-3507  
[www.amigosdesaojudas.org.br](http://www.amigosdesaojudas.org.br)



2º TABELÃO DE SÃO CARLOS/SP  
\* (16) 2107.4000  
CARLOS notas

2º TABELÃO DE SÃO CARLOS/SP (16) 2107.4000  
Rua São Sebastião, 1964, centro, São Carlos-SP

Reconheço POR SEMELHANÇA (S/V) a(s) firmas(s) (1)  
SUELI NEVES CARDOSO LOPES, (1) LEDA MARIA LUCIANO  
CARMASSI  
São Carlos, 31 de outubro de 2025 - 11:47:06  
Emol: R\$17,22. Em test - da verdade P. 32

Jeferson de Souza - escrevente  
Selo: S20976AA0080444  
Válido somente com selo de autenticidade



Jeferson de Souza  
Escrevente

2º TABELÃO DE SÃO CARLOS/SP (16) 2107.4000  
Rua São Sebastião, 1964, centro, São Carlos-SP

Reconheço POR SEMELHANÇA (S/V) a(s) firmas(s) (1)  
MIRIAN DE FATIMA APARECIDA FABRICIO PICON  
São Carlos, 31 de outubro de 2025 - 11:47:06  
Emol: R\$8,61. Em test - da verdade P. 32

Jeferson de Souza - escrevente  
Selo: S10976AA0366127  
Válido somente com selo de autenticidade

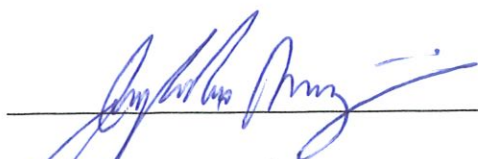



Jeferson de Souza  
Escrevente

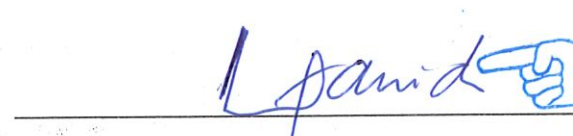


Casa da Infância  
Estrela da Manhã



  
João Pedro Manzini  
(Tesoureiro)  
CPF 002.711.278-05

  
José Claudio Picon  
(Conselho Fiscal)  
CPF 594.121.358.15

  
Nivaldo Antônio David  
(Conselho Fiscal)  
CPF 747.241.428-04

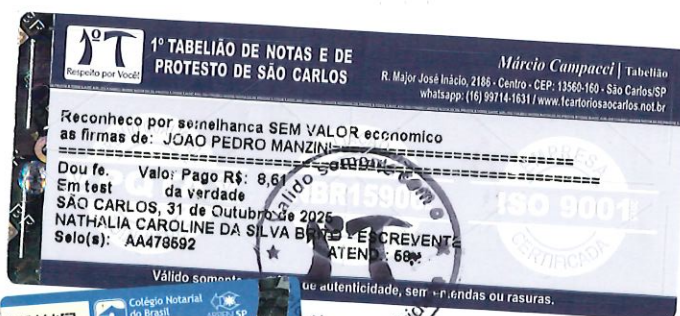
2º TABELIÃO DE SÃO CARLOS/SP (16) 2107.4000  
Rua São Sebastião, 1964, centro, São Carlos-SP

Reconheço POR SEMELHANÇA (S/V) a(s) firma(s) (1)  
JOSE CLAUDIO PICON, (1) NIVALDO ANTONIO DAVID  
São Carlos, 31 de outubro de 2025 - 11:47:25  
Emol: R\$17,22 Em test - da verdade P. 32

Jeferson de Souza - escrevente  
Selo: S20976AA0080446  
Válido somente com selo de autenticidade



Jeferson de Souza  
Escrevente



Amigos de São Judas Tadeu-ASJT  
CNPJ.05.212.549.0001-63  
Rua Isak Falgen, 385- A. Garcia-  
São Carlos-SP- CEP 13574-314  
Tel. 3375-3507  
[www.amigosdesaojudas.org.br](http://www.amigosdesaojudas.org.br)





Casa da Infância  
Estrela da Manhã



**LISTA DE PRESENÇA DA ATA  
DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA  
ALTERAÇÃO ARTIGO 32 DO ESTATUTO SOCIAL  
AMIGOS DE SÃO JUDAS TADEU – ASJT  
CNPJ-05.212.549/0001-63  
DIA 29/10/2025**

MIRIAN DE FATIMA APARECIDA FABRICIO PICON

SUELI NEVES CARDOSO

LEDA MARIA LUCIANO CARMASSI

JOSÉ CLAUDIO PICON

JOÃO PEDRO MANZINI

NIVALDO ANTONIO DAVID





## **ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO "AMIGOS DE SÃO JUDAS TADEU - ASJT",**

CNPJ 05.212.549/0001-63

### **CAPÍTULO I**

#### **DA DENOMINAÇÃO, DA SEDE E DOS FINS.**

**ARTIGO 1º - A ASSOCIAÇÃO "AMIGOS DE SÃO JUDAS TADEU - ASJT",** com sede e foro na cidade de São Carlos, Estado de São Paulo, com sede e foro na Rua Isak Falgén, 385, CEP 13573-314 – Bairro Antenor Garcia, – cidade de São Carlos, estado de São Paulo - fundada em 18 de Maio de 2002, sob a forma de uma associação de fins não econômicos, na forma do art. 53 e seguintes do Código Civil, constituída por tempo indeterminado;

**ARTIGO 2º – A "AMIGOS DE SÃO JUDAS TADEU - ASJT"** tem como prioridade promover e desenvolver as políticas públicas voltadas à proteção integral das Crianças e Adolescentes, preconizadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA - Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 e alterações posteriores, e, igualmente, apoiar e desenvolver ações para a defesa, elevação e manutenção da qualidade de vida da criança e adolescente - forte na Política Nacional da Educação no que dispõe a Lei LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996, quanto as diretrizes e bases da educação nacional, no pilar da Constituição Federal artigo 205, visando ao pleno desenvolvimento de seus assistidos, preparando-os para o exercício da cidadania, no convívio comunitário e familiar, qualificando-os para o trabalho, tendo as seguintes finalidades:

- I – a promoção gratuita da educação de crianças, assegurando-lhes, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.**
- II – a promoção e auxílio em atividades comunitárias para o bem-estar, educação e inclusão social de crianças, adolescentes e adultos;**
- III - a promoção da geração de trabalho e de renda comunitária, através do ensino de práticas produtivas, cooperativas e associativas de valor cultural e/ou sócio-econômicos.**





ESTADO DE GRACIA Y JUSTICIA DE LA CORTE DE JUSTICIA DE LA REPUBLICA

En la ciudad de Santiago, a los 15 dias del mes de Mayo de 1911.

PRESENTE.

LA CORTE DE JUSTICIA DE LA REPUBLICA.

En virtud de lo dispuesto en el artículo 100 de la Constitución de la Republica, y en el artículo 10 de la Ley Orgánica de la Corte de Justicia, se ha acordado en sesión pública celebrada en la Sala de Sesiones de la Corte de Justicia, a los 15 dias del mes de Mayo de 1911, lo siguiente:

Que se declare la nulidad de la sentencia dictada por el Tribunal de Justicia de la Republica, en el expediente N.º 100, de fecha 15 de Mayo de 1911, en el caso de la demanda interpuesta por el Sr. Juan de Dios, contra el Sr. Juan de Dios, por el valor de \$ 100.000,00, y se declare la nulidad de la sentencia dictada por el Tribunal de Justicia de la Republica, en el expediente N.º 100, de fecha 15 de Mayo de 1911, en el caso de la demanda interpuesta por el Sr. Juan de Dios, contra el Sr. Juan de Dios, por el valor de \$ 100.000,00, y se declare la nulidad de la sentencia dictada por el Tribunal de Justicia de la Republica, en el expediente N.º 100, de fecha 15 de Mayo de 1911, en el caso de la demanda interpuesta por el Sr. Juan de Dios, contra el Sr. Juan de Dios, por el valor de \$ 100.000,00.

Que se declare la nulidad de la sentencia dictada por el Tribunal de Justicia de la Republica, en el expediente N.º 100, de fecha 15 de Mayo de 1911, en el caso de la demanda interpuesta por el Sr. Juan de Dios, contra el Sr. Juan de Dios, por el valor de \$ 100.000,00, y se declare la nulidad de la sentencia dictada por el Tribunal de Justicia de la Republica, en el expediente N.º 100, de fecha 15 de Mayo de 1911, en el caso de la demanda interpuesta por el Sr. Juan de Dios, contra el Sr. Juan de Dios, por el valor de \$ 100.000,00.

Que se declare la nulidad de la sentencia dictada por el Tribunal de Justicia de la Republica, en el expediente N.º 100, de fecha 15 de Mayo de 1911, en el caso de la demanda interpuesta por el Sr. Juan de Dios, contra el Sr. Juan de Dios, por el valor de \$ 100.000,00, y se declare la nulidad de la sentencia dictada por el Tribunal de Justicia de la Republica, en el expediente N.º 100, de fecha 15 de Mayo de 1911, en el caso de la demanda interpuesta por el Sr. Juan de Dios, contra el Sr. Juan de Dios, por el valor de \$ 100.000,00.

Que se declare la nulidad de la sentencia dictada por el Tribunal de Justicia de la Republica, en el expediente N.º 100, de fecha 15 de Mayo de 1911, en el caso de la demanda interpuesta por el Sr. Juan de Dios, contra el Sr. Juan de Dios, por el valor de \$ 100.000,00, y se declare la nulidad de la sentencia dictada por el Tribunal de Justicia de la Republica, en el expediente N.º 100, de fecha 15 de Mayo de 1911, en el caso de la demanda interpuesta por el Sr. Juan de Dios, contra el Sr. Juan de Dios, por el valor de \$ 100.000,00.

2tab

- IV - a promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia, dos valores cristãos e de outros valores universais, obedecendo ao princípio da universalidade do atendimento ;
- V - promover e desenvolver as políticas públicas voltadas à proteção integral das Crianças e Adolescentes, preconizadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA;
- VI- promoção da assistência social, na forma da Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 (LOA);
- VII - fomento e apoio à realização de atividades artísticas e culturais, promovendo livre acesso às fontes de cultura e o pleno exercício dos direitos culturais, além da defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico;
- VIII - promoção do voluntariado;
- IX - promoção de direitos estabelecidos, construção de novos direitos;
- X- promoção gratuita da saúde, promovendo, junto à comunidade, os valores da sadia qualidade de vida, em parceria com a rede pública e empresas privadas.

**Parágrafo Primeiro** - A entidade é organização da sociedade civil, de conformidade com o disposto no artigo 2º, I, da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, pois não distribui entre os seus associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, sendo aplicados integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva.

**Parágrafo Segundo** - A Associação dedicar-se-á às suas atividades por meio de execução direta de projetos, programas ou planos de ações, mediante a doação de recursos físicos, humanos ou prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos dos setores públicos que atuam em áreas afins, podendo, inclusive constituir meios legais para venderem em prol da entidade suas produções artesanais ou não.

**Parágrafo Terceiro:** No desenvolvimento de suas atividades, assegurará uma gestão democrática, a participação social, o fortalecimento da sociedade civil, a transparência na aplicação dos recursos públicos, observando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e não fará qualquer discriminação de raça, cor, sexo, gênero, idade, credo político ou religioso e quaisquer outras formas de discriminação.







**Parágrafo Quarto:** A associação deverá divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com a administração pública.

**Parágrafo Quinto:** associação poderá firmar parcerias formalmente entre a administração pública e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividade ou de projeto expressos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação.

**Art. 3º.** A entidade poderá adotar um Regimento Interno, que aprovado pela assembleia geral, disciplinará o seu funcionamento.

**Art.4º.** A fim de cumprir suas finalidades, a entidade poderá, a critério da assembleia geral, organizar-se-á em tantas unidades quantas se fizerem necessárias.

## **CAPÍTULO II**

*Dos Sócios, seus Direitos e Deveres.*

### **Da admissão dos associados**

**Art.5º.** A entidade será constituída por número ilimitado de associados, distribuídos nas seguintes categorias:

**I – Fundadores** - pessoas físicas, que subscreveram a ata de constituição da entidade, presentes à assembleia de fundação, bem assim as pessoas constantes na assembleia de modificação da denominação da entidade de Associação **AMIGOS DE SÃO JUDAS TADEU - ASJT**””;

**II – Efetivos** – pessoas físicas admitidas pela Diretoria, na forma deste estatuto, que participam regularmente das atividades da entidade autorizada a assistência e representação;

**III - Contribuintes** - pessoas físicas e/ou jurídicas que colaborem financeira e espontaneamente para a realização dos objetivos da entidade;

**IV - Colaboradores** – pessoas físicas e ou jurídicas que colaboram com as atividades desenvolvidas, independente de ajuda financeira.







El presente Reglamento tiene por objeto establecer las normas que rigen el funcionamiento del Instituto de la Juventud de la Nación, en el marco de la Ley N° 17.177, que crea el mismo.

El presente Reglamento tiene por objeto establecer las normas que rigen el funcionamiento del Instituto de la Juventud de la Nación, en el marco de la Ley N° 17.177, que crea el mismo.

Art. 1.º El presente Reglamento tiene por objeto establecer las normas que rigen el funcionamiento del Instituto de la Juventud de la Nación, en el marco de la Ley N° 17.177, que crea el mismo.

Art. 2.º El presente Reglamento tiene por objeto establecer las normas que rigen el funcionamiento del Instituto de la Juventud de la Nación, en el marco de la Ley N° 17.177, que crea el mismo.

## CAPÍTULO II

Del Régimen de la Juventud de la Nación

### Artículo 1.º - Definición de la juventud

Artículo 1.º - Definición de la juventud. La juventud de la Nación es aquella persona que, al cumplir los diecisiete (17) años, no ha alcanzado todavía la mayoría de edad.

Artículo 2.º - Principios de la política de la juventud. La política de la juventud de la Nación se fundamenta en los principios de igualdad, equidad, participación y solidaridad.

Artículo 3.º - Objetivos de la política de la juventud. La política de la juventud de la Nación tiene por objetivos:

Artículo 4.º - Competencias del Instituto de la Juventud de la Nación. El Instituto de la Juventud de la Nación tiene las siguientes competencias:

Artículo 5.º - Organización del Instituto de la Juventud de la Nación. El Instituto de la Juventud de la Nación se organiza en la siguiente forma:

2tab

§ 1º. A admissão no quadro de associados dar-se-á mediante solicitação expressa, ou tácita, à Diretoria, que deliberará no prazo de até 10 (dez) dias, considerando-se admissão tácita a ausência de manifestação expressa no indigitado período.

§ 2º. Somente os associados fundadores e efetivos terão voz e voto nas assembleias gerais, autorizado a representação e assistência, na forma do Código Civil Brasileiro, e poderão concorrer para os cargos administrativos.

§ 3º. Os associados não responderão, solidária e subsidiariamente, pelas obrigações contraídas de qualquer forma pela entidade.

### Dos Direitos e Deveres dos Associados

**Art. 6º.** São deveres dos associados:

- I - respeitar e observar o presente estatuto, as disposições regimentais e as deliberações da Diretoria e da assembleia geral;
- II - prestar à entidade toda a cooperação moral, material e intelectual, e lutar pelo seu desenvolvimento, valorização e expansão, de acordo com a sua disponibilidade.
- III - comparecer às assembleias gerais quando previamente solicitados, e ainda participar dos grupos designados a promover as atividades, de acordo com a sua disponibilidade;
- IV - integrar as comissões para as quais for designado, cumprir os mandatos recebidos e os encargos atribuídos pela Diretoria e/ou assembleia geral;
- V - manter-se informado quanto às decisões dos órgãos da entidade;
- VI - zelar pelo espírito associativo e pela boa imagem da entidade e de seus associados;
- VII - zelar pelo patrimônio material e imaterial da entidade;
- VIII - promover e divulgar as finalidades e os resultados institucionais da entidade quando houver oportunidade e conveniência;
- IX - comunicar à Diretoria, por escrito, mudanças de endereço.

**Art. 7º.** São direitos dos associados:

- I - votar e ser votado para os cargos eletivos, observadas as disposições estatutárias;
- II - apresentar projetos, programas e planos de ação para serem aprovados pela assembleia;
- III - recorrer, dentro de 10 (dez) dias, à assembleia geral acerca das penalidades impostas pela Diretoria;



2tab

**IV** - participar dos eventos promovidos pela entidade.

**Artigo 8º.** Faculta-se a remuneração de associados, compreendendo despesas com pagamento de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e encargos trabalhistas por ocasião da celebração de termo de colaboração e termo de fomento, desde que devidamente previsto no plano de trabalho e autorizada pela administração pública e anuência da assembleia geral, especialmente convocada para este fim.

**Parágrafo único** – A remuneração esta condicionada ainda a participação do associado na equipe de trabalho encarregada na execução do plano de trabalho, que instruem a celebração de termos de colaboração e de fomento com a administração pública, e ajustes prevendo a concessão de patrocínio por parte da iniciativa privada, sendo que ambas as despesas constarão na prestação de contas.

#### **Da exclusão dos Associados.**

**Art.9º.** O associado será excluído havendo existência de motivos graves e se comportar de forma contrária aos preceitos da entidade, denunciados à Diretoria, podendo também ocorrer a exclusão em deliberação fundamentada, pela maioria absoluta dos presentes à assembleia geral especialmente convocada para esse fim que respeitará o princípio do contraditório e da ampla defesa e decidirá sempre de forma fundamentada (art. 57 do C.C.).

**Parágrafo único** – No caso de exclusão pela Diretoria, caberá recurso, no prazo de 10 (dez) dias contados da data da intimação, a ser apreciada pela assembleia geral.

#### **Da demissão de Associados**

**Art. 10.** A qualquer tempo o associado, independente de fundamentação, poderá requerer a demissão do quadro associativo, mediante apresentação de carta de renúncia à Diretoria.

SCar

9





### **CAPÍTULO III**

#### **DA ADMINISTRAÇÃO**

**Art. 11.** A entidade será administrada por:

**I** - Assembleia Geral;

**II** - Diretoria;

**III** - Conselho Fiscal.

#### **Da Assembleia Geral:**

**Art. 12.** A Assembleia Geral é o órgão máximo de deliberação, competindo-lhe disciplinar tudo aquilo que for de interesse da entidade, com as seguintes atribuições:

**I** - eleger os membros da Diretoria e Conselho Fiscal;

**II** - alterar parcial ou totalmente o presente estatuto;

**III** - decidir, em sede de recurso, sobre a exclusão de associados, conforme reza o presente estatuto;

**IV** - aprovar o orçamento da entidade e propostas de plano de atividades anuais e de contas para o exercício a vencer;

**V** - aprovar o balanço e a prestação de contas anuais da entidade;

**VI** - deliberar sobre a conveniência de alienar, transigir, hipotecar ou permutar bens patrimoniais;

**VII** - instituir e aprovar o regimento interno e a criação de departamentos específicos;

**VIII** - aprovar a aceitação de doações com encargos e condições, bem como as que possam acarretar ônus de qualquer natureza;

**IX** - aprovar a aceitação de normas e procedimentos solicitados por doadores;

**X** - aprovar a implantação de projetos e programas;

**XI** - apreciar recursos contra decisões da Diretoria;

**XII** - decidir sobre a extinção da entidade, nos termos do presente estatuto;

**XIII** - destituir os administradores;

**XIV** - deliberar sobre a proposta de constituição de regimento interno e aprovação do texto.

**§ 1º.** As deliberações serão tomadas necessariamente e sempre pelo voto de 2/3 (dois terço) dos associados presentes na assembleia especialmente convocadas, para:





CA 10.11.11

10.11.11

10.11.11

10.11.11

10.11.11

10.11.11

10.11.11

10.11.11

10.11.11

10.11.11

10.11.11

10.11.11

10.11.11

10.11.11

10.11.11

10.11.11

10.11.11

10.11.11

10.11.11

10.11.11

10.11.11

10.11.11

10.11.11

10.11.11

10.11.11

10.11.11

10.11.11

10.11.11

10.11.11

10.11.11

10.11.11

10.11.11

10.11.11

10.11.11

10.11.11

10.11.11

10.11.11

10.11.11

10.11.11

10.11.11

2tabS

- I - alienar, hipotecar, dar em caução ou permuta bens da entidade;
- II - extinguir e nomear liquidante;
- III - reformar parcial ou totalmente, incluindo a forma e composição dos órgãos administrativos, o presente estatuto (artigo 46, IV, c.c. 59, II, do Código Civil);
- IV - destituir os administradores.

**Art.13.** A Assembleia Geral realizar-se-á, ordinariamente, com convocação do presidente no primeiro trimestre de cada ano para:

- I - apreciar o relatório anual da Diretoria;
- II - discutir e homologar as contas e o balanço anual;
- III - discutir e aprovar plano de atividades, a proposta de prorrogação financeira e orçamentária anual.

**Parágrafo único.** A critério da Diretoria faculta-se a apresentação de relatórios específicos, para apreciação da assembleia geral;

**Art. 14.** A assembleia geral realizar-se-á, extraordinariamente, quando convocada:

- I - pela Diretoria, por meio do presidente ou demais membros do órgão;
- II - por requerimento de 1/5 (um quinto) dos associados efetivos;
- III - a pedido do Conselho Fiscal, dirigido à Diretoria.

**Art. 15.** A assembleia geral será convocada para fins determinados por meio de edital afixado na sede da entidade, por circulares, contato telefônico, todos os meios eletrônicos disponíveis, incluindo mídias sociais, ou outros meios convenientes, com antecedência mínima de até 07 (sete) dias.

**§1º.** É facultado a qualquer dos membros da diretoria e convocação e presidir a assembleia geral.

**§ 2º.** As assembleias instalar-se-ão em primeira convocação com a maioria dos associados e, em segunda convocação, com qualquer número de associados.

**§ 3º.** As deliberações serão tomadas necessariamente e sempre pelo voto de 2/3 (dois terços) dos associados presentes para:

- I - alienar, hipotecar, dar em caução ou permuta bens;
- II - extinguir e nomear liquidante;
- III - reformar parcial ou totalmente o presente estatuto;
- IV - destituir os administradores.





1. The first part of the report deals with the general situation of the country and the progress of the work done during the year.

2. The second part deals with the work done in the various departments of the Ministry.

3. The third part deals with the work done in the various departments of the Ministry.

4. The fourth part deals with the work done in the various departments of the Ministry.

5. The fifth part deals with the work done in the various departments of the Ministry.

6. The sixth part deals with the work done in the various departments of the Ministry.

7. The seventh part deals with the work done in the various departments of the Ministry.

8. The eighth part deals with the work done in the various departments of the Ministry.

9. The ninth part deals with the work done in the various departments of the Ministry.

10. The tenth part deals with the work done in the various departments of the Ministry.

11. The eleventh part deals with the work done in the various departments of the Ministry.

12. The twelfth part deals with the work done in the various departments of the Ministry.

13. The thirteenth part deals with the work done in the various departments of the Ministry.

14. The fourteenth part deals with the work done in the various departments of the Ministry.

15. The fifteenth part deals with the work done in the various departments of the Ministry.

16. The sixteenth part deals with the work done in the various departments of the Ministry.

17. The seventeenth part deals with the work done in the various departments of the Ministry.

18. The eighteenth part deals with the work done in the various departments of the Ministry.

19. The nineteenth part deals with the work done in the various departments of the Ministry.

20. The twentieth part deals with the work done in the various departments of the Ministry.

21. The twenty-first part deals with the work done in the various departments of the Ministry.

22. The twenty-second part deals with the work done in the various departments of the Ministry.

23. The twenty-third part deals with the work done in the various departments of the Ministry.

24. The twenty-fourth part deals with the work done in the various departments of the Ministry.

25. The twenty-fifth part deals with the work done in the various departments of the Ministry.

26. The twenty-sixth part deals with the work done in the various departments of the Ministry.

2tab



§ 4º. Quando a assembleia geral for solicitada pelos associados efetivos, as deliberações tomadas só serão válidas se o número de participantes da mesma não for inferior ao número de assinaturas contidas na solicitação.

§ 5º. Nos demais casos, as deliberações serão tomadas pela maioria de votos dos associados presentes.

**Art.16.** Na assembleia geral serão tratados somente os assuntos constantes da convocação, cabendo a presidência preferencialmente ao presidente de entidade, ou a qualquer outro membro da Diretoria.

**Parágrafo único.** As deliberações serão tomadas por meio de votos, podendo ser adotados sistemas de aclamação, votação ou escrutínio secreto, por deliberação da assembleia geral.

#### **Da Diretoria**

**Art. 17.** A Diretoria, órgão executor e administrativo e será composta de presidente, vice-presidente, secretário e tesoureiro.

§ 1º. Os membros da Diretoria serão eleitos pela assembleia geral, que realizar-se-á a cada 04(quatro) anos, especialmente convocada para esse fim, cujas chapas deverão estar registradas na Diretoria em até 30 (trinta) dias antes do término do mandato da Diretoria em exercício.

§ 2º. Por decisão da assembleia geral, ficam facultadas as reconduções de todos os membros da Diretoria e Conselho Fiscal.

**Art. 18.** No caso de desenvolvimento de ações da entidade que envolvam transferência de recursos de origem pública, eventuais membros da Diretoria e Conselho Fiscal que exerçam cargos, empregos ou funções públicas junto a órgãos do Poder Público concedente, deverão afastar-se das suas funções, de igual forma se forem, ou sejam, parentes consanguíneos, e por afinidade até o terceiro grau de agentes políticos e dirigentes do ente concessor, de agentes políticos ocupantes de mandatos eletivos junto ao corpo legislativo vinculado ao ente concedente.

**Art. 19.** Compete à Diretoria:

- I - prover a gestão administrativa e estratégica da entidade;
- II - cumprir e fazer cumprir rigorosamente o estatuto, o regimento interno, no caso de sua implantação, e as decisões da assembleia geral;







Art. 1.º O presente regulamento tem por objecto estabelecer as regras de funcionamento do Conselho de Defesa e Segurança Nacional.

Art. 2.º O Conselho de Defesa e Segurança Nacional é o órgão superior de coordenação e supervisão das actividades de defesa e segurança nacional.

Art. 3.º O Conselho de Defesa e Segurança Nacional é constituído por representantes de todos os sectores da administração pública e da sociedade civil.

Art. 4.º O Conselho de Defesa e Segurança Nacional é presidido pelo Presidente da República e integrado por membros nomeados pelo Presidente da República.

### Da Organização

Art. 5.º O Conselho de Defesa e Segurança Nacional é dividido em duas secções: a de Defesa e a de Segurança.

Art. 6.º A secção de Defesa é responsável por todas as actividades de defesa nacional, incluindo a defesa da soberania, da integridade do território e da população.

Art. 7.º A secção de Segurança é responsável por todas as actividades de segurança nacional, incluindo a segurança interna, a segurança externa e a segurança da informação.

Art. 8.º O Conselho de Defesa e Segurança Nacional é dotado de poderes de coordenação, supervisão e fiscalização das actividades de defesa e segurança nacional.

Art. 9.º O Conselho de Defesa e Segurança Nacional é o órgão de consulta e assessoria do Presidente da República em matéria de defesa e segurança nacional.

2ta

- III - elaborar e assegurar a execução do programa anual de atividades;
- IV - elaborar e apresentar à assembleia geral o relatório anual;
- V - nomear comissões especiais e pertinentes, grupos de trabalho, convocando para integrá-los membros da Diretoria ou do quadro de associados;
- VI - submeter à assembleia geral a proposta de programação anual da entidade;
- VII - apreciar e deliberar sobre pedido de admissão no quadro associativo, notadamente os efetivos;
- VIII - autorizar a obtenção de empréstimos e a celebração de contratos;
- IX - firmar parcerias com instituições públicas e privadas para mútua colaboração em atividades de interesse comum;
- X - contratar e demitir funcionários;
- XI - convocar assembleia geral;
- XII - apreciar pedido de inclusão no quadro de associados, notadamente os efetivos;
- XIII - nas prestações de contas originárias de celebração de termos de colaboração e/ou fomento e acordos de cooperação, elaborar relatório de execução do objeto, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados, bem assim o relatório de execução financeira, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, e as devidas justificativas no caso de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho, que, posteriormente deverá ser apreciado pelo conselho fiscal;
- IX - cuidar para a divulgação da plataforma eletrônica dos documentos relacionados a prestação de contas, exigidos na legislação de regência, com a devida certificação digital;

§1º. A quaisquer dos integrantes da Diretoria é facultada a convocação da assembleia geral, na forma do inciso III do artigo 21 deste estatuto.

**Art. 20.** A Diretoria reunir-se-á:

- I - ordinariamente, a critério da diretoria, mensalmente;
- II - extraordinariamente, sempre que necessário e, no caso de necessidade imperiosa, com aviso prévio por escrito de ao menos 24 (vinte e quatro) horas.

§ 1º. Das reuniões, a critério dos seus membros, lavrar-se-á ata.

**Art. 21.** Compete ao presidente:

- I - zelar com dedicação pelo bom andamento, ordem e prosperidade da entidade;
- II - representar a entidade ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, podendo delegar a representação mediante procuração;

9

2tab

- III** - convocar e presidir a assembleia geral, autorizado a convocação e presidência do ato aos demais membros da diretoria;
- IV** - convocar e presidir as reuniões da Diretoria;
- V** - convocar o Conselho Fiscal;
- VI** - cumprir e fazer cumprir este estatuto e o Regimento Interno, desde que instituído;
- VII** - admitir e dispensar os empregados e prestadores de serviço, quando for necessário, atendendo o disposto neste estatuto;
- VIII** - propor à assembleia geral a criação de departamentos e indicar os associados ocupantes das funções, para melhorar o desempenho e a coordenação dos trabalhos e atividades desenvolvidas;
- IX** - autorizar a execução dos planos de trabalho do corpo funcional, aprovados pela Diretoria;
- X** - elaborar e implementar portarias internas de funcionamento em respeito à aplicação das normas que regem a entidade;
- XI** - delegar as atribuições que julgue necessárias para maior flexibilidade funcional da entidade;
- XII** - assinar, com o tesoureiro, todos os cheques, ordens de pagamentos e títulos que representem obrigações financeiras da entidade;
- XIII** - movimentar fundos, em parceria com o tesoureiro, abrir e encerrar contas bancárias e movimentá-las, delegando-as exclusivamente a este último, de forma expressa (procuração);
- XIV** - assinar convênios e ajustes da mesma natureza com órgãos públicos, contratos, acordos e empréstimos com instituições públicas e privadas, nacionais ou internacionais, para implantação de atividades compatíveis com as finalidades da entidade;
- XV** - nomear procuradores para representação, com poderes específicos e determinados;
- XVI** - com a expressa autorização da assembleia geral, adquirir bens imóveis e aceitar doações com encargos onerados e alienar, hipotecar, dar em caução ou permuta bens.

**Parágrafo único** – Compete ao vice-presidente, substituir legalmente o presidente, em suas faltas, assumir suas atribuições, bem assim no caso de vacância, sem prejuízo de, concomitantemente, auxiliá-lo na gestão da entidade, inclusive convocar assembleia geral.

**Art. 22.** Compete ao secretário:

- I** – superintender, organizar e dirigir os serviços da secretaria;







2tabS



- II – ter sob sua guarda toda a documentação referentes aos atos emitidos pela diretoria e assembleia geral, excetuando-se os de natureza financeira e contábil;
- III – secretariar as reuniões da diretoria e assembleia geral e redigir as atas, facultada sua delegação a critério do presidente;
- IV – publicar e noticiar as atividades;
- V – responsabilizar-se pelos serviços de divulgação dos trabalhos sociais e projetos desenvolvidos.

**Art. 23.** Compete ao tesoureiro

- I - superintender, organizar e dirigir os serviços de tesouraria, zelando pelo equilíbrio, correção e propriedade orçamentária;
- II - arrecadar a receita e efetuar o pagamento das despesas;
- III - dirigir e fiscalizar a contabilidade, zelando para que seja feita de forma legal e dentro dos princípios dessa administração, e ter sob sua guarda os livros e documentos necessários para esses fins;
- IV - apresentar, mensalmente, à Diretoria o balanço do movimento da receita e despesas do mês anterior;
- V - guardar, sob sua responsabilidade, todos os valores em moeda ou títulos pertencentes;
- VI - assinar com o presidente, todos os cheques, ordens de pagamentos e títulos que representem obrigações financeiras.

**Art. 24.** No caso de vacância de um ou mais cargos de Diretoria, os substitutos serão escolhidos pela assembleia geral, por maioria de votos dos presentes, e exercerão suas funções até o término do mandato da Diretoria, salvo o previsto no § único do artigo 20, facultado ao vice-presidente prosseguir nas atribuições do presidente.

## **CAPÍTULO IV**

### **DO CONSELHO FISCAL**

**Art. 25.** O Conselho Fiscal, órgão de assessoramento da entidade para assuntos de fiscalização da gestão patrimonial e financeira da Diretoria, compõem de 02 (dois) membros, escolhidos pela assembleia geral.

**§ 1º.** O mandato do Conselho Fiscal coincidirá com o mandato da Diretoria, podendo ser reconduzidos.





§ 2º. O Conselho Fiscal se reunirá por iniciativa da Diretoria ou por solicitação de 1/5 dos associados.

**Art. 26.** Compete ao Conselho Fiscal:

- I - contribuir para o contínuo aperfeiçoamento das rotinas contábeis e administrativas;
- II - emitir, após detido exame, parecer à assembleia geral, sobre os balancetes mensais, o balanço e a prestação de contas anuais, os relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre todas as operações patrimoniais realizadas pela entidade;
- III - examinar os livros contábeis e demais documentos relativos as escrituras;
- IV - verificar o estado do caixa e os valores em depósito;
- V - apresentar relatórios de receitas e despesas, sempre que forem solicitados;
- VI - expor à assembleia geral as irregularidades ou erros porventura encontrados, sugerindo as medidas necessárias ao seu saneamento;
- VII - convocar extraordinariamente a assembleia geral e os membros da Diretoria, para apresentação de assuntos pertinentes a sua competência.

**Parágrafo único.** As contas da Diretoria, cujo mandato se encerra, serão obtidas de pareceres do Conselho Fiscal.

**Art. 27.** A entidade não distribuirá lucros, resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio, sob nenhuma forma ou pretexto.

**Art. 28.** A entidade adotará práticas de gestão administrativas necessárias e suficientes para coibir a obtenção individual ou coletiva, de benefícios e vantagens pessoais, em decorrência da participação nos processos decisórios.

**Parágrafo único.** A entidade conservará em boa ordem, pelo prazo de 10 (dez) anos, contados da data da emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem assim a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham modificar a sua situação patrimonial, bem como os documentos que instruíram as prestações de contas decorrentes de parcerias formalizadas por meio de termos de colaboração, fomento ou acordos de cooperação com a administração pública.

9



§ 1º O Conselho Nacional de Estatística é composto por dez membros, sendo sete membros titulares e três membros suplentes, nomeados pelo Presidente da República, sendo um deles o Presidente do Conselho.

Art. 2º O Conselho Nacional de Estatística é o órgão superior de planejamento, coordenação, orientação e fiscalização das atividades estatísticas do Brasil, exercendo as seguintes atribuições:

II - emitir pareceres e pareceres sobre o planejamento estatístico do Brasil, bem como sobre a organização e funcionamento dos órgãos estatísticos; e

III - emitir pareceres e pareceres sobre a organização e funcionamento dos órgãos estatísticos, bem como sobre a organização e funcionamento dos órgãos estatísticos.

IV - emitir pareceres e pareceres sobre a organização e funcionamento dos órgãos estatísticos, bem como sobre a organização e funcionamento dos órgãos estatísticos.

V - emitir pareceres e pareceres sobre a organização e funcionamento dos órgãos estatísticos, bem como sobre a organização e funcionamento dos órgãos estatísticos.

VI - emitir pareceres e pareceres sobre a organização e funcionamento dos órgãos estatísticos, bem como sobre a organização e funcionamento dos órgãos estatísticos.

VII - emitir pareceres e pareceres sobre a organização e funcionamento dos órgãos estatísticos, bem como sobre a organização e funcionamento dos órgãos estatísticos.

VIII - emitir pareceres e pareceres sobre a organização e funcionamento dos órgãos estatísticos, bem como sobre a organização e funcionamento dos órgãos estatísticos.

IX - emitir pareceres e pareceres sobre a organização e funcionamento dos órgãos estatísticos, bem como sobre a organização e funcionamento dos órgãos estatísticos.

X - emitir pareceres e pareceres sobre a organização e funcionamento dos órgãos estatísticos, bem como sobre a organização e funcionamento dos órgãos estatísticos.

XI - emitir pareceres e pareceres sobre a organização e funcionamento dos órgãos estatísticos, bem como sobre a organização e funcionamento dos órgãos estatísticos.

XII - emitir pareceres e pareceres sobre a organização e funcionamento dos órgãos estatísticos, bem como sobre a organização e funcionamento dos órgãos estatísticos.

XIII - emitir pareceres e pareceres sobre a organização e funcionamento dos órgãos estatísticos, bem como sobre a organização e funcionamento dos órgãos estatísticos.

XIV - emitir pareceres e pareceres sobre a organização e funcionamento dos órgãos estatísticos, bem como sobre a organização e funcionamento dos órgãos estatísticos.

XV - emitir pareceres e pareceres sobre a organização e funcionamento dos órgãos estatísticos, bem como sobre a organização e funcionamento dos órgãos estatísticos.

XVI - emitir pareceres e pareceres sobre a organização e funcionamento dos órgãos estatísticos, bem como sobre a organização e funcionamento dos órgãos estatísticos.

XVII - emitir pareceres e pareceres sobre a organização e funcionamento dos órgãos estatísticos, bem como sobre a organização e funcionamento dos órgãos estatísticos.

XVIII - emitir pareceres e pareceres sobre a organização e funcionamento dos órgãos estatísticos, bem como sobre a organização e funcionamento dos órgãos estatísticos.

XIX - emitir pareceres e pareceres sobre a organização e funcionamento dos órgãos estatísticos, bem como sobre a organização e funcionamento dos órgãos estatísticos.

XX - emitir pareceres e pareceres sobre a organização e funcionamento dos órgãos estatísticos, bem como sobre a organização e funcionamento dos órgãos estatísticos.

2tab5



## CAPÍTULO V

### DO PATRIMÔNIO E DAS FONTES E RECURSOS PARA A MANUTENÇÃO

**Art. 29.** O patrimônio da entidade será constituído de recursos obtidos a partir dos seguintes meios:

- I** - contribuições de seus associados;
- II** - doações, legados e heranças de bens, valores e direitos;
- III** - bens, valores e direitos provenientes de rendas patrimoniais;
- IV** - bens, valores e direitos derivados das atividades exercidas pela entidade;
- V** - campanhas para arrecadação de recursos, tais como: eventos sociais, incentivos a doações, vendas de produtos e publicações, desde que sejam atividades de natureza secundária e não principal, e que todo resultado seja investido no cumprimento dos fins da entidade;
- VII** - receitas provenientes do uso e da exploração dos direitos de propriedade intelectual;
- VIII** - recursos originários de ajustes celebrados com o Poder Público, bem como os decorrentes;
- IX** - outras fontes aprovadas pela assembleia geral;
- X** - licenciamento de produtos derivados da exploração do nome, marca e símbolo da entidade;
- XI** - valores originários de ajustes celebrados na forma da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, vinculados a execução de projetos com a administração pública, decorrentes de termos de colaboração e fomento;
- XII** - receber doações de empresas, até o limite de 2% (dois por cento) de sua receita bruta (art. 84-B, I, da Lei Federal nº 13.019, de 31/07/2014);
- XIII** - receber bens móveis considerados irrecuperáveis, apreendidos, abandonados ou disponíveis, administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (art. 84, II, da Lei Federal nº 13.019, de 31/07/2014);
- XIV** - distribuir ou prometer distribuir prêmios, mediante sorteios, vale-brindes, concursos ou operações assemelhadas, com intuito de arrecadar recursos adicionais destinados à sua manutenção ou custeio da entidade (art. 84-B, III, da Lei Federal nº 13.019, de 31/07/2014);







Page 10

## CONSTITUTIONAL AND POLITICAL SYSTEMS

Art. 22.0. The President of the Republic is elected for a term of five years.

- I. The President of the Republic is elected for a term of five years.
- II. The President of the Republic is elected by the people.
- III. The President of the Republic is elected for a term of five years.
- IV. The President of the Republic is elected for a term of five years.
- V. The President of the Republic is elected for a term of five years.
- VI. The President of the Republic is elected for a term of five years.
- VII. The President of the Republic is elected for a term of five years.
- VIII. The President of the Republic is elected for a term of five years.
- IX. The President of the Republic is elected for a term of five years.
- X. The President of the Republic is elected for a term of five years.
- XI. The President of the Republic is elected for a term of five years.
- XII. The President of the Republic is elected for a term of five years.
- XIII. The President of the Republic is elected for a term of five years.
- XIV. The President of the Republic is elected for a term of five years.
- XV. The President of the Republic is elected for a term of five years.
- XVI. The President of the Republic is elected for a term of five years.
- XVII. The President of the Republic is elected for a term of five years.
- XVIII. The President of the Republic is elected for a term of five years.
- XIX. The President of the Republic is elected for a term of five years.
- XX. The President of the Republic is elected for a term of five years.

2ta

**Art. 30.** Todo patrimônio e receitas de entidade deverão ser investidos nos objetivos e fins aos quais se dedica, sempre ressalvados os gastos despendidos em razão do seu funcionamento administrativo.

**§ 1º.** A entidade não distribui resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas de seu patrimônio a dirigentes, mantenedores ou associados, sob nenhuma forma ou pretexto.

**§ 2º.** Todos os bens, rendas, recursos e eventuais resultados operacionais serão aplicados integralmente na manutenção e no desenvolvimento dos objetivos institucionais, através da execução de seus projetos e programas sociais.

**§ 3º.** Os recursos advindos dos poderes públicos deverão ser aplicados no município em que a entidade tem sua sede, ou, no caso de haver unidades prestadoras a ela vinculadas, no âmbito do estado concessor.

**Art. 31.** O exercício social compreenderá o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de cada ano;

**Art. 32.** No caso de dissolução ou extinção da instituição, o patrimônio e os bens remanescentes, após os pagamentos de todas as dívidas, se existentes, serão doados a uma entidade congênere, registrada no CNAS- Conselho Nacional de Assistência Social, ou órgão competente que vier a substituí-lo, a critério da Assembleia Geral.

## **CAPÍTULO VI DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS**

**Art. 33.** A prestação de contas a entidade observará as seguintes normas:

- I** - os princípios fundamentais de contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade, Resolução CFC Nº 750/93 de 29 de dezembro de 1993 e alterações;
- II** - a publicidade, em qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, o relatório de atividades e as demonstrações financeiras da entidade, incluindo as certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS, colocando-os à disposição para exame de qualquer cidadão;
- III** - a realização de auditoria, inclusive por auditores externos independentes, se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos, objeto de Termo de Parceria ou Fomento, conforme previsto em regulamento;





Art. 35. O fabricante ou importador de produtos de consumo, bem como o fornecedor de serviços, é responsável por danos materiais e morais decorrentes de defeitos ou vícios que tornem os produtos ou serviços impróprios para o uso a que se destinam.

Art. 36. O fabricante ou importador de produtos de consumo, bem como o fornecedor de serviços, é responsável por danos materiais e morais decorrentes de falhas ou defeitos que tornem os produtos ou serviços impróprios para o uso a que se destinam.

Art. 37. O fabricante ou importador de produtos de consumo, bem como o fornecedor de serviços, é responsável por danos materiais e morais decorrentes de falhas ou defeitos que tornem os produtos ou serviços impróprios para o uso a que se destinam.

Art. 38. O fabricante ou importador de produtos de consumo, bem como o fornecedor de serviços, é responsável por danos materiais e morais decorrentes de falhas ou defeitos que tornem os produtos ou serviços impróprios para o uso a que se destinam.

Art. 39. O fabricante ou importador de produtos de consumo, bem como o fornecedor de serviços, é responsável por danos materiais e morais decorrentes de falhas ou defeitos que tornem os produtos ou serviços impróprios para o uso a que se destinam.

Art. 40. O fabricante ou importador de produtos de consumo, bem como o fornecedor de serviços, é responsável por danos materiais e morais decorrentes de falhas ou defeitos que tornem os produtos ou serviços impróprios para o uso a que se destinam.

## CAPÍTULO VI DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS

Art. 41. O fabricante ou importador de produtos de consumo, bem como o fornecedor de serviços, é responsável por danos materiais e morais decorrentes de falhas ou defeitos que tornem os produtos ou serviços impróprios para o uso a que se destinam.

Art. 42. O fabricante ou importador de produtos de consumo, bem como o fornecedor de serviços, é responsável por danos materiais e morais decorrentes de falhas ou defeitos que tornem os produtos ou serviços impróprios para o uso a que se destinam.

Art. 43. O fabricante ou importador de produtos de consumo, bem como o fornecedor de serviços, é responsável por danos materiais e morais decorrentes de falhas ou defeitos que tornem os produtos ou serviços impróprios para o uso a que se destinam.

Art. 44. O fabricante ou importador de produtos de consumo, bem como o fornecedor de serviços, é responsável por danos materiais e morais decorrentes de falhas ou defeitos que tornem os produtos ou serviços impróprios para o uso a que se destinam.

Art. 45. O fabricante ou importador de produtos de consumo, bem como o fornecedor de serviços, é responsável por danos materiais e morais decorrentes de falhas ou defeitos que tornem os produtos ou serviços impróprios para o uso a que se destinam.

2tab5

IV - a prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos será feita conforme determina o parágrafo único do artigo 70 da Constituição Federal;

V - A Associação realizará a prestação de contas com técnica contábil que permita ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas.

## CAPÍTULO VII

### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 34.** O presente estatuto poderá ser reformado nos termos do presente estatuto (parágrafo único, art. 59 do C.C.), e entrará em vigor na data de seu registro no Cartório de Pessoas Jurídicas da Cidade e Comarca de São Carlos – SP.

**Art. 35.** Os casos omissos no presente estatuto serão resolvidos pela Diretoria e referenciados pela assembleia geral.

**Art. 36.** A entidade será dissolvida por decisão de assembleia geral extraordinária, especialmente convocada para esse fim, quando se tornar impossível a continuação de suas atividades.



São Carlos, 29 de outubro de 2025.

*Mirian de Fátima Aparecida Fabricio Picon*

Mirian de Fátima Aparecida Fabricio Picon

Presidente



*José Wellington de Araujo*

OAB/SP nº 393.750

2º TABELÃO DE SÃO CARLOS/SP (16) 2107.4000  
Rua São Sebastião, 1964, centro, São Carlos-SP

Reconheço POR SEMELHANÇA (S/V) a(s) firmas(s) (1)  
MIRIAN DE FÁTIMA APARECIDA FABRICIO PICON, (1)  
JOSÉ WELLINGTON DE ARAUJO  
São Carlos, 18 de dezembro de 2025 - 11:46:12  
Emitido: R\$17,22. Em test - da verdade p. 33

Jeferson de Souza - Escrevente  
CNPJ: S20976AA0080653  
Válido somente com selo de autenticidade  
OBS:



Jeferson de Souza  
Escrevente





**Oficial de Registro Civil de Pessoa Jurídica da Comarca de  
São Carlos - SP**

Cesar Augusto Di Natale Nobre - Oficial

Protocolado e Microfilmado sob nº 41.841 em 06/02/2026,  
registro primitivo 3336, Averbado sob o Nº 14, Registrado  
eletronicamente sob nº 7035.

Selo digital: 1144134TABQ000021979DL26R

Selo digital: 1144134PJRL000021980PX26F

Selo digital: 1144134TICM000021981VC261

São Carlos, 06/02/2026.

  
Henderson Welliton Munhoz Escrevente





Casa da Infância  
Estrela da Manhã



**Ilmo. Sr. Oficial do Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas da  
Comarca de São Carlos- SP**

**“AMIGOS DE SÃO JUDAS TADEU- ASJT”:** CNPJ  
05.212.549.0001-63 com sede na Rua Isak Falgen, nº 385- Bairro Antenor Garcia,  
município de São Carlos-S, CEP 13573- 314, [estreladamanha.asjt@hotmail.com](mailto:estreladamanha.asjt@hotmail.com),  
[www.amigosdesaojudas.org.br](http://www.amigosdesaojudas.org.br), neste ato representada por seu Presidente da  
Diretoria Executiva, Mirian de Fátima Aparecida Fabricio Picon. RG: 11485105-0  
SSP/SP, CPF.226.055.318-48, brasileira, casada, empresária, residente à Rua José  
Marrara, nº 234, Jardim Cardinali, CEP 13569-560, email:[mirianpicon@yahoo.com.br](mailto:mirianpicon@yahoo.com.br),  
vem, respeitosamente à presença de V.S.<sup>a</sup> requerer a averbação da alteração do  
Estatuto Social.

Nestes termos,

P. Deferimento

São Carlos, 28 de novembro de 2025

Mirian de Fatima Aparecida Fabricio Picon  
(Presidente da Diretoria Executiva)

**Amigos de São Judas Tadeu-ASJT**

CNPJ.05.212.549.0001-63

Rua Isak Falgen, 385- A. Garcia-  
São Carlos-SP- CEP 13574-314

Tel. 3375-3507

[www.amigosdesaojudas.org.br](http://www.amigosdesaojudas.org.br)





Casa da Infância  
Estrela da Manhã



## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Pelo presente, ficam convocados todos os interessados para participarem da Assembleia Geral, que se realizará no dia 29/10/2025, nesta cidade de São Carlos

S.P., na Rua Isak Falgen 385, Antenor Garcia, São Carlos-SP, em 1ª (primeira) chamada às 14:00 horas, em 2ª (segunda) chamada, às 14:30 horas, para deliberarem quanto à:

**Alteração do estatuto social visando retificar a cláusula de destinação do**

**Patrimônio**

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** MIRIAN DE FATIMA APARECIDA FABRICIO PICON  
Data: 22/10/2025 19:27:48-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Mirian de Fátima Aparecida Fabrício Picon  
Presidente

São Carlos, 22 de outubro de 2025

**Amigos de São Judas Tadeu-ASJT**  
CNPJ.05.212.549.0001-63  
Rua Isak Falgen, 385- A. Garcia-  
São Carlos-SP- CEP 13574-314  
Tel. 3375-3507  
[www.amigosdesaojudas.org.br](http://www.amigosdesaojudas.org.br)





## **Ata da Assembleia Geral Extraordinária de Alteração do Estatuto Social**

**Amigos de São Judas Tadeu-ASJT**

**CNPJ. 05.212.549.0001-63**

Aos 29 de outubro de 2025, às 14:00 hrs e as 14:30 hrs, em segunda chamada atendendo o edital de convocação de 22 de outubro de 2025, nesta comarca de São Carlos, estado de São Paulo, na Rua Isak Falgen, 385, Antenor Garcia, CEP 13573-314 São Carlos-SP, reuniram-se os associados da Amigos de São Judas Tadeu-ASJT, conforme relação de presença anexo, nos termos do estatuto em vigor, para deliberarem quanto a:

### **ALTERAÇÃO DOS DIZERES DO ART.32 DO ESTATUTO SOCIAL CUJA CLÁUSULA CONTINHA OS DIZERES:**

No caso de dissolução da entidade o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza, e que tenha, preferencialmente o mesmo objetivo social, e com sede no Município de São Carlos, Estado de São Paulo.

#### **Para os seguintes dizeres:**

No caso de dissolução ou extinção da instituição, o patrimônio e os bens remanescentes, após os pagamentos de todas as dívidas -se existentes, serão doados a uma entidade congênere, registrada no CNAS- Conselho Nacional de Assistência Social, ou órgão competente que vier a substituí-lo, a critério da Assembleia Geral.

**Amigos de São Judas Tadeu-ASJT**  
CNPJ.05.212.549.0001-63  
Rua Isak Falgen, 385- A. Garcia-  
São Carlos-SP- CEP 13574-314  
Tel. 3375-3507  
[www.amigosdesaojudas.org.br](http://www.amigosdesaojudas.org.br)





... ..  
... ..

... ..

... ..

TABELÃO D  
(16) 21071

... ..  
... ..  
... ..  
... ..  
... ..

... ..  
... ..

... ..  
... ..  
... ..

... ..

... ..  
... ..  
... ..  
... ..

... ..  
... ..  
... ..  
... ..  
... ..




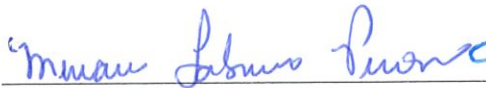
Casa da Infância  
Estrela da Manhã





A reunião foi presidida pela presidente a Sra. Mirian de Fatima Aparecida Fabricio Picon que escolheu a mim Leda Maria Luciano Carmassi para secretariá-lo.

Aberta a sessão foi lida a ordem do dia, constando a alteração do art. 32 do Estatuto Social.


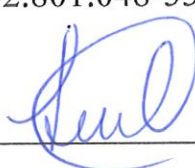
Após leitura e discussão, a proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes Nada mais havendo a tratar, a presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a assembleia. da qual eu Leda Maria Luciano Carmassi, lavrei a presente ata que, lida e achada conforme, vai assinada por mim e os demais presentes.



Mirian de Fatima Aparecida Fabricio Picon  
(Presidente)  
CPF 226.055.318-48



Sueli Neves Cardoso  
(Vice-presidente)  
CPF 002.801.048-55



Leda Maria Luciano Carmassi  
(Secretaria)  
CPF. 938.577.218-04



**Amigos de São Judas Tadeu-ASJT**  
CNPJ.05.212.549.0001-63  
Rua Isak Falgen, 385- A. Garcia-  
São Carlos-SP- CEP 13574-314  
Tel. 3375-3507  
[www.amigosdesaojudas.org.br](http://www.amigosdesaojudas.org.br)

2º TABELIÃO DE SÃO CARLOS/SP (16) 2107.4000  
Rua São Sebastião, 1964, centro, São Carlos-SP

Reconheço POR SEMELHANÇA (S/V) a(s) firmas(s)(1)  
SUELI NEVES CARDOSO LOPES, (1) LEDA MARIA LUCIANO  
CARMASSI  
São Carlos, 31 de outubro de 2025 - 11:47:06  
Emol: R\$17,22 Em test - da verdade P. 32

Jeferson de Souza - escrevente  
Selo: S20976AA0080445  
Válido somente com selo de autenticidade



Jeferson de Souza  
Escrevente

2º TABELIÃO DE SÃO CARLOS/SP (16) 2107.4000  
Rua São Sebastião, 1964, centro, São Carlos-SP

Reconheço POR SEMELHANÇA (S/V) a(s) firmas(s)(1)  
MIRIAN DE FATIMA APARECIDA FABRICIO PICON  
São Carlos, 31 de outubro de 2025 - 11:47:06  
Emol: R\$8,61 Em test - da verdade P. 32

Jeferson de Souza - escrevente  
Selo: S10976AA0366128  
Válido somente com selo de autenticidade



Jeferson de Souza  
Escrevente

2º TABELIÃO DE S  
(16) 2107.4000  
C  
not





Casa da Infância  
Estrela da Manhã



AMIGOS DE  
SÃO JUDAS TADEU



João Pedro Manzini  
(Tesoureiro)  
CPF 002.711.278-05

SÃO CARLOS-SP



José Claudio Picon  
(Conselho Fiscal)  
CPF 594.121.358.15

Nivaldo Antônio David  
(Conselho Fiscal)  
CPF 747.241.428-04

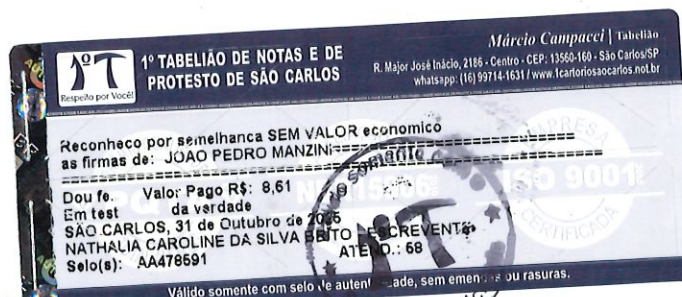
2º TABELIAO DE SÃO CARLOS/SP (16) 2107.4000  
Rua São Sebastião, 1964, centro, São Carlos-SP

Reconheço POR SEMELHANÇA (S/V) a(s) firmas(s) (1)  
JOSE CLAUDIO PICON, (1) NIVALDO ANTONIO DAVID  
São Carlos, 31 de outubro de 2025 - 11:47:25  
Emol: R\$17,22. Em test - da verdade P 32

Jeferson de Souza - escrevente  
Selo: S20976AA0080447  
Válido somente com selo de autenticidade



Jeferson de Souza  
Escrevente



Amigos de São Judas Tadeu-ASJT  
CNPJ.05.212.549.0001-63  
Rua Isak Falgen, 385- A. Garcia-  
São Carlos-SP- CEP 13574-314  
Tel. 3375-3507  
[www.amigosdesaojudas.org.br](http://www.amigosdesaojudas.org.br)





Casa da Infância  
Estrela da Manhã



**LISTA DE PRESENÇA DA ATA  
DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA  
ALTERAÇÃO ARTIGO 32 DO ESTATUTO SOCIAL  
AMIGOS DE SÃO JUDAS TADEU – ASJT  
CNPJ-05.212.549/0001-63  
DIA 29/10/2025**

MIRIAN DE FATIMA APARECIDA FABRICIO PICON

SUELI NEVES CARDOSO

LEDA MARIA LUCIANO CARMASSI

JOSÉ CLAUDIO PICON

JOÃO PEDRO MANZINI

NIVALDO ANTONIO DAVID





# **ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO “AMIGOS DE SÃO JUDAS TADEU - ASJT”,**

CNPJ 05.212.549/0001-63

## **CAPÍTULO I**

### **DA DENOMINAÇÃO, DA SEDE E DOS FINS.**

**ARTIGO 1º - A ASSOCIAÇÃO “AMIGOS DE SÃO JUDAS TADEU - ASJT”,** com sede e foro na cidade de São Carlos, Estado de São Paulo, com sede e foro na Rua Isak Falgén, 385, CEP 13573-314 – Bairro Antenor Garcia, – cidade de São Carlos, estado de São Paulo - fundada em 18 de Maio de 2002, sob a forma de uma associação de fins não econômicos, na forma do art. 53 e seguintes do Código Civil, constituída por tempo indeterminado;

**ARTIGO 2º – A “AMIGOS DE SÃO JUDAS TADEU - ASJT”** tem como prioridade promover e desenvolver as políticas públicas voltadas à proteção integral das Crianças e Adolescentes, preconizadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA - Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 e alterações posteriores, e, igualmente, apoiar e desenvolver ações para a defesa, elevação e manutenção da qualidade de vida da criança e adolescente - forte na Política Nacional da Educação no que dispõe a Lei LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996, quanto as diretrizes e bases da educação nacional, no pilar da Constituição Federal artigo 205, visando ao pleno desenvolvimento de seus assistidos, preparando-os para o exercício da cidadania, no convívio comunitário e familiar, qualificando-os para o trabalho, tendo as seguintes finalidades:

- I – a promoção gratuita da educação de crianças, assegurando-lhes, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.**
- II – a promoção e auxílio em atividades comunitárias para o bem-estar, educação e inclusão social de crianças, adolescentes e adultos;**
- III - a promoção da geração de trabalho e de renda comunitária, através do ensino de práticas produtivas, cooperativas e associativas de valor cultural e/ou sócio-econômicos.**





ESTADO DE SÃO PAULO  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

PROPOSTA DE LEI Nº 123/2023

TÍTULO

PROPOSTA DE LEI Nº 123/2023

ARTIGO 1º - A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições constitucionais, resolve autorizar o Poder Executivo a emitir dívida pública para a realização de obras de infraestrutura, no valor de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), a serem inscritas no Plano Plurianual 2024-2027, sob o rubrica 1000 - Outras despesas correntes, e a ser inscritas no Plano Plurianual 2024-2027, sob o rubrica 1000 - Outras despesas correntes.

ARTIGO 2º - A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições constitucionais, resolve autorizar o Poder Executivo a emitir dívida pública para a realização de obras de infraestrutura, no valor de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), a serem inscritas no Plano Plurianual 2024-2027, sob o rubrica 1000 - Outras despesas correntes, e a ser inscritas no Plano Plurianual 2024-2027, sob o rubrica 1000 - Outras despesas correntes.

ARTIGO 3º - A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições constitucionais, resolve autorizar o Poder Executivo a emitir dívida pública para a realização de obras de infraestrutura, no valor de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), a serem inscritas no Plano Plurianual 2024-2027, sob o rubrica 1000 - Outras despesas correntes, e a ser inscritas no Plano Plurianual 2024-2027, sob o rubrica 1000 - Outras despesas correntes.

ARTIGO 4º - A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições constitucionais, resolve autorizar o Poder Executivo a emitir dívida pública para a realização de obras de infraestrutura, no valor de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), a serem inscritas no Plano Plurianual 2024-2027, sob o rubrica 1000 - Outras despesas correntes, e a ser inscritas no Plano Plurianual 2024-2027, sob o rubrica 1000 - Outras despesas correntes.

ARTIGO 5º - A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições constitucionais, resolve autorizar o Poder Executivo a emitir dívida pública para a realização de obras de infraestrutura, no valor de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), a serem inscritas no Plano Plurianual 2024-2027, sob o rubrica 1000 - Outras despesas correntes, e a ser inscritas no Plano Plurianual 2024-2027, sob o rubrica 1000 - Outras despesas correntes.

2tab5

2tab5

- IV - a promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia, dos valores cristãos e de outros valores universais, obedecendo ao princípio da universalidade do atendimento ;
- V - promover e desenvolver as políticas públicas voltadas à proteção integral das Crianças e Adolescentes, preconizadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA;
- VI- promoção da assistência social, na forma da Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 (LOA);
- VII - fomento e apoio à realização de atividades artísticas e culturais, promovendo livre acesso às fontes de cultura e o pleno exercício dos direitos culturais, além da defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico;
- VIII - promoção do voluntariado;
- IX - promoção de direitos estabelecidos, construção de novos direitos;
- X- promoção gratuita da saúde, promovendo, junto à comunidade, os valores da sadia qualidade de vida, em parceria com a rede pública e empresas privadas.

**Parágrafo Primeiro** - A entidade é organização da sociedade civil, de conformidade com o disposto no artigo 2º, I, da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, pois não distribui entre os seus associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, sendo aplicados integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva.

**Parágrafo Segundo** - A Associação dedicar-se-á às suas atividades por meio de execução direta de projetos, programas ou planos de ações, mediante a doação de recursos físicos, humanos ou prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos dos setores públicos que atuam em áreas afins, podendo, inclusive constituir meios legais para venderem em prol da entidade suas produções artesanais ou não.

**Parágrafo Terceiro:** No desenvolvimento de suas atividades, assegurará uma gestão democrática, a participação social, o fortalecimento da sociedade civil, a transparência na aplicação dos recursos públicos, observando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e não fará qualquer discriminação de raça, cor, sexo, gênero, idade, credo político ou religioso e quaisquer outras formas de discriminação.





1. O presente documento tem por objectivo informar a Comissão de Acompanhamento da Acção de Defesa Nacional sobre o andamento da acção de defesa nacional, bem como sobre os resultados da mesma.

2. O presente documento é constituído por duas partes: a primeira, que trata da acção de defesa nacional, e a segunda, que trata dos resultados da mesma.

3. A primeira parte do presente documento trata da acção de defesa nacional, e a segunda parte trata dos resultados da mesma.

4. A acção de defesa nacional é constituída por duas partes: a primeira, que trata da acção de defesa nacional, e a segunda, que trata dos resultados da mesma.

5. A acção de defesa nacional é constituída por duas partes: a primeira, que trata da acção de defesa nacional, e a segunda, que trata dos resultados da mesma.

6. A acção de defesa nacional é constituída por duas partes: a primeira, que trata da acção de defesa nacional, e a segunda, que trata dos resultados da mesma.

7. A acção de defesa nacional é constituída por duas partes: a primeira, que trata da acção de defesa nacional, e a segunda, que trata dos resultados da mesma.

8. A acção de defesa nacional é constituída por duas partes: a primeira, que trata da acção de defesa nacional, e a segunda, que trata dos resultados da mesma.

9. A acção de defesa nacional é constituída por duas partes: a primeira, que trata da acção de defesa nacional, e a segunda, que trata dos resultados da mesma.

10. A acção de defesa nacional é constituída por duas partes: a primeira, que trata da acção de defesa nacional, e a segunda, que trata dos resultados da mesma.

11. A acção de defesa nacional é constituída por duas partes: a primeira, que trata da acção de defesa nacional, e a segunda, que trata dos resultados da mesma.

12. A acção de defesa nacional é constituída por duas partes: a primeira, que trata da acção de defesa nacional, e a segunda, que trata dos resultados da mesma.

13. A acção de defesa nacional é constituída por duas partes: a primeira, que trata da acção de defesa nacional, e a segunda, que trata dos resultados da mesma.

14. A acção de defesa nacional é constituída por duas partes: a primeira, que trata da acção de defesa nacional, e a segunda, que trata dos resultados da mesma.

15. A acção de defesa nacional é constituída por duas partes: a primeira, que trata da acção de defesa nacional, e a segunda, que trata dos resultados da mesma.

16. A acção de defesa nacional é constituída por duas partes: a primeira, que trata da acção de defesa nacional, e a segunda, que trata dos resultados da mesma.

17. A acção de defesa nacional é constituída por duas partes: a primeira, que trata da acção de defesa nacional, e a segunda, que trata dos resultados da mesma.

18. A acção de defesa nacional é constituída por duas partes: a primeira, que trata da acção de defesa nacional, e a segunda, que trata dos resultados da mesma.

2tab5

2tab5



**Parágrafo Quarto:** A associação deverá divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com a administração pública.

**Parágrafo Quinto:** associação poderá firmar parcerias formalmente entre a administração pública e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividade ou de projeto expressos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação.

**Art. 3º.** A entidade poderá adotar um Regimento Interno, que aprovado pela assembleia geral, disciplinará o seu funcionamento.

**Art.4º.** A fim de cumprir suas finalidades, a entidade poderá, a critério da assembleia geral, organizar-se-á em tantas unidades quantas se fizerem necessárias.

## CAPÍTULO II

*Dos Sócios, seus Direitos e Deveres.*

### Da admissão dos associados

**Art.5º.** A entidade será constituída por número ilimitado de associados, distribuídos nas seguintes categorias:

**I – Fundadores** - pessoas físicas, que subscreveram a ata de constituição da entidade, presentes à assembleia de fundação, bem assim as pessoas constantes na assembleia de modificação da denominação da entidade de Associação **AMIGOS DE SÃO JUDAS TADEU - ASJT**”;

**II – Efetivos** – pessoas físicas admitidas pela Diretoria, na forma deste estatuto, que participam regularmente das atividades da entidade autorizada a assistência e representação;

**III - Contribuintes** - pessoas físicas e/ou jurídicas que colaborem financeira e espontaneamente para a realização dos objetivos da entidade;

**IV - Colaboradores** – pessoas físicas e ou jurídicas que colaboram com as atividades desenvolvidas, independente de ajuda financeira.



Page 1 of 1. A request for information was received from the [redacted] on [redacted] regarding the [redacted] of the [redacted] in the [redacted] area.

The [redacted] was [redacted] by the [redacted] on [redacted] and [redacted] by the [redacted] on [redacted]. The [redacted] was [redacted] by the [redacted] on [redacted] and [redacted] by the [redacted] on [redacted]. The [redacted] was [redacted] by the [redacted] on [redacted] and [redacted] by the [redacted] on [redacted].

At [redacted] the [redacted] was [redacted] by the [redacted] on [redacted] and [redacted] by the [redacted] on [redacted]. The [redacted] was [redacted] by the [redacted] on [redacted] and [redacted] by the [redacted] on [redacted].

At [redacted] the [redacted] was [redacted] by the [redacted] on [redacted] and [redacted] by the [redacted] on [redacted]. The [redacted] was [redacted] by the [redacted] on [redacted] and [redacted] by the [redacted] on [redacted].

### CONCLUSION

For the reasons stated above, it is recommended that the [redacted] be [redacted] by the [redacted] on [redacted] and [redacted] by the [redacted] on [redacted].

Very truly yours,

At [redacted] the [redacted] was [redacted] by the [redacted] on [redacted] and [redacted] by the [redacted] on [redacted]. The [redacted] was [redacted] by the [redacted] on [redacted] and [redacted] by the [redacted] on [redacted].

At [redacted] the [redacted] was [redacted] by the [redacted] on [redacted] and [redacted] by the [redacted] on [redacted]. The [redacted] was [redacted] by the [redacted] on [redacted] and [redacted] by the [redacted] on [redacted].

At [redacted] the [redacted] was [redacted] by the [redacted] on [redacted] and [redacted] by the [redacted] on [redacted]. The [redacted] was [redacted] by the [redacted] on [redacted] and [redacted] by the [redacted] on [redacted].

At [redacted] the [redacted] was [redacted] by the [redacted] on [redacted] and [redacted] by the [redacted] on [redacted]. The [redacted] was [redacted] by the [redacted] on [redacted] and [redacted] by the [redacted] on [redacted].

At [redacted] the [redacted] was [redacted] by the [redacted] on [redacted] and [redacted] by the [redacted] on [redacted]. The [redacted] was [redacted] by the [redacted] on [redacted] and [redacted] by the [redacted] on [redacted].

2tab

2tab

§ 1º. A admissão no quadro de associados dar-se-á mediante solicitação expressa, ou tácita, à Diretoria, que deliberará no prazo de até 10 (dez) dias, considerando-se admissão tácita a ausência de manifestação expressa no indigitado período.

§ 2º. Somente os associados fundadores e efetivos terão voz e voto nas assembleias gerais, autorizado a representação e assistência, na forma do Código Civil Brasileiro, e poderão concorrer para os cargos administrativos.

§ 3º. Os associados não responderão, solidária e subsidiariamente, pelas obrigações contraídas de qualquer forma pela entidade.

### **Dos Direitos e Deveres dos Associados**

**Art. 6º.** São deveres dos associados:

- I - respeitar e observar o presente estatuto, as disposições regimentais e as deliberações da Diretoria e da assembleia geral;
- II - prestar à entidade toda a cooperação moral, material e intelectual, e lutar pelo seu desenvolvimento, valorização e expansão, de acordo com a sua disponibilidade.
- III - comparecer às assembleias gerais quando previamente solicitados, e ainda participar dos grupos designados a promover as atividades, de acordo com a sua disponibilidade;
- IV - integrar as comissões para as quais for designado, cumprir os mandatos recebidos e os encargos atribuídos pela Diretoria e/ou assembleia geral;
- V - manter-se informado quanto às decisões dos órgãos da entidade;
- VI - zelar pelo espírito associativo e pela boa imagem da entidade e de seus associados;
- VII - zelar pelo patrimônio material e imaterial da entidade;
- VIII - promover e divulgar as finalidades e os resultados institucionais da entidade quando houver oportunidade e conveniência;
- IX - comunicar à Diretoria, por escrito, mudanças de endereço.

**Art. 7º.** São direitos dos associados:

- I - votar e ser votado para os cargos eletivos, observadas as disposições estatutárias;
- II - apresentar projetos, programas e planos de ação para serem aprovados pela assembleia;
- III - recorrer, dentro de 10 (dez) dias, à assembleia geral acerca das penalidades impostas pela Diretoria;





Die Bundesregierung hat beschlossen, die...

Die Bundesregierung hat beschlossen, die...

Die Bundesregierung hat beschlossen, die...

### Das Gesetz über die...

Die Bundesregierung hat beschlossen, die...

Die Bundesregierung hat beschlossen, die...

Die Bundesregierung hat beschlossen, die...

Die Bundesregierung hat beschlossen, die...

Die Bundesregierung hat beschlossen, die...

Die Bundesregierung hat beschlossen, die...

Die Bundesregierung hat beschlossen, die...

Die Bundesregierung hat beschlossen, die...

Die Bundesregierung hat beschlossen, die...

2tabS

2tch



**IV** - participar dos eventos promovidos pela entidade.

**Artigo 8º.** Faculta-se a remuneração de associados, compreendendo despesas com pagamento de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e encargos trabalhistas por ocasião da celebração de termo de colaboração e termo de fomento, desde que devidamente previsto no plano de trabalho e autorizada pela administração pública e anuência da assembleia geral, especialmente convocada para este fim.

**Parágrafo único** – A remuneração esta condicionada ainda a participação do associado na equipe de trabalho encarregada na execução do plano de trabalho, que instruem a celebração de termos de colaboração e de fomento com a administração pública, e ajustes prevendo a concessão de patrocínio por parte da iniciativa privada, sendo que ambas as despesas constarão na prestação de contas.

#### **Da exclusão dos Associados.**

**Art.9º.** O associado será excluído havendo existência de motivos graves e se comportar de forma contrária aos preceitos da entidade, denunciados à Diretoria, podendo também ocorrer a exclusão em deliberação fundamentada, pela maioria absoluta dos presentes à assembleia geral especialmente convocada para esse fim que respeitará o princípio do contraditório e da ampla defesa e decidirá sempre de forma fundamentada (art. 57 do C.C.).

**Parágrafo único** – No caso de exclusão pela Diretoria, caberá recurso, no prazo de 10 (dez) dias contados da data da intimação, a ser apreciada pela assembleia geral.

#### **Da demissão de Associados**

**Art. 10.** A qualquer tempo o associado, independente de fundamentação, poderá requerer a demissão do quadro associativo, mediante apresentação de carta de renúncia à Diretoria.







### CAPÍTULO III

#### DA ADMINISTRAÇÃO

**Art. 11.** A entidade será administrada por:

- I - Assembleia Geral;
- II - Diretoria;
- III - Conselho Fiscal.

#### Da Assembleia Geral:

**Art. 12.** A Assembleia Geral é o órgão máximo de deliberação, competindo-lhe disciplinar tudo aquilo que for de interesse da entidade, com as seguintes atribuições:

- I - eleger os membros da Diretoria e Conselho Fiscal;
- II - alterar parcial ou totalmente o presente estatuto;
- III - decidir, em sede de recurso, sobre a exclusão de associados, conforme reza o presente estatuto;
- IV - aprovar o orçamento da entidade e propostas de plano de atividades anuais e de contas para o exercício a vencer;
- V - aprovar o balanço e a prestação de contas anuais da entidade;
- VI - deliberar sobre a conveniência de alienar, transigir, hipotecar ou permutar bens patrimoniais;
- VII - instituir e aprovar o regimento interno e a criação de departamentos específicos;
- VIII - aprovar a aceitação de doações com encargos e condições, bem como as que possam acarretar ônus de qualquer natureza;
- IX - aprovar a aceitação de normas e procedimentos solicitados por doadores;
- X - aprovar a implantação de projetos e programas;
- XI - apreciar recursos contra decisões da Diretoria;
- XII - decidir sobre a extinção da entidade, nos termos do presente estatuto;
- XIII - destituir os administradores;
- XIV - deliberar sobre a proposta de constituição de regimento interno e aprovação do texto.

§ 1º. As deliberações serão tomadas necessariamente e sempre pelo voto de 2/3 (dois terço) dos associados presentes na assembleia especialmente convocadas, para:





2tab5

2tab

- I - alienar, hipotecar, dar em caução ou permuta bens da entidade;
- II - extinguir e nomear liquidante;
- III - reformar parcial ou totalmente, incluindo a forma e composição dos órgãos administrativos, o presente estatuto (artigo 46, IV, c.c. 59, II, do Código Civil);
- IV - destituir os administradores.

**Art.13.** A Assembleia Geral realizar-se-á, ordinariamente, com convocação do presidente no primeiro trimestre de cada ano para:

- I - apreciar o relatório anual da Diretoria;
- II - discutir e homologar as contas e o balanço anual;
- III - discutir e aprovar plano de atividades, a proposta de prorrogação financeira e orçamentária anual.

**Parágrafo único.** A critério da Diretoria faculta-se a apresentação de relatórios específicos, para apreciação da assembleia geral;

**Art. 14.** A assembleia geral realizar-se-á, extraordinariamente, quando convocada:

- I - pela Diretoria, por meio do presidente ou demais membros do órgão;
- II - por requerimento de 1/5 (um quinto) dos associados efetivos;
- III - a pedido do Conselho Fiscal, dirigido à Diretoria.

**Art. 15.** A assembleia geral será convocada para fins determinados por meio de edital afixado na sede da entidade, por circulares, contato telefônico, todos os meios eletrônicos disponíveis, incluindo mídias sociais, ou outros meios convenientes, com antecedência mínima de até 07 (sete) dias.

**§1º.** É facultado a qualquer dos membros da diretoria e convocação e presidir a assembleia geral.

**§ 2º.** As assembleias instalar-se-ão em primeira convocação com a maioria dos associados e, em segunda convocação, com qualquer número de associados.

**§ 3º.** As deliberações serão tomadas necessariamente e sempre pelo voto de 2/3 (dois terços) dos associados presentes para:

- I - alienar, hipotecar, dar em caução ou permuta bens;
- II - extinguir e nomear liquidante;
- III - reformar parcial ou totalmente o presente estatuto;
- IV - destituir os administradores.





1. The ... of the ... is ...

2. The ... of the ... is ...

3. The ... of the ... is ...

4. The ... of the ... is ...

5. The ... of the ... is ...

6. The ... of the ... is ...

7. The ... of the ... is ...

8. The ... of the ... is ...

9. The ... of the ... is ...

10. The ... of the ... is ...

11. The ... of the ... is ...

12. The ... of the ... is ...

13. The ... of the ... is ...

14. The ... of the ... is ...

15. The ... of the ... is ...

16. The ... of the ... is ...

17. The ... of the ... is ...

18. The ... of the ... is ...

19. The ... of the ... is ...

20. The ... of the ... is ...

2tab

2tab



§ 4º. Quando a assembleia geral for solicitada pelos associados efetivos, as deliberações tomadas só serão válidas se o número de participantes da mesma não for inferior ao número de assinaturas contidas na solicitação.

§ 5º. Nos demais casos, as deliberações serão tomadas pela maioria de votos dos associados presentes.

**Art.16.** Na assembleia geral serão tratados somente os assuntos constantes da convocação, cabendo a presidência preferencialmente ao presidente de entidade, ou a qualquer outro membro da Diretoria.

**Parágrafo único.** As deliberações serão tomadas por meio de votos, podendo ser adotados sistemas de aclamação, votação ou escrutínio secreto, por deliberação da assembleia geral.

#### **Da Diretoria**

**Art. 17.** A Diretoria, órgão executor e administrativo e será composta de presidente, vice-presidente, secretário e tesoureiro.

§ 1º. Os membros da Diretoria serão eleitos pela assembleia geral, que realizar-se-á a cada 04(quatro) anos, especialmente convocada para esse fim, cujas chapas deverão estar registradas na Diretoria em até 30 (trinta) dias antes do término do mandato da Diretoria em exercício.

§ 2º. Por decisão da assembleia geral, ficam facultadas as reconduções de todos os membros da Diretoria e Conselho Fiscal.

**Art. 18.** No caso de desenvolvimento de ações da entidade que envolvam transferência de recursos de origem pública, eventuais membros da Diretoria e Conselho Fiscal que exerçam cargos, empregos ou funções públicas junto a órgãos do Poder Público concedente, deverão afastar-se das suas funções, de igual forma se forem, ou sejam, parentes consanguíneos, e por afinidade até o terceiro grau de agentes políticos e dirigentes do ente concessor, de agentes políticos ocupantes de mandatos eletivos junto ao corpo legislativo vinculado ao ente concedente.

**Art. 19.** Compete à Diretoria:

- I - prover a gestão administrativa e estratégica da entidade;
- II - cumprir e fazer cumprir rigorosamente o estatuto, o regimento interno, no caso de sua implantação, e as decisões da assembleia geral;



Art. 10. O Conselho de Administração do Estado de São Paulo é composto por membros de diversas áreas, nomeados pelo Governador do Estado, para um mandato de quatro anos, renovável por igual período.

§ 1º. O Conselho de Administração do Estado de São Paulo é o órgão máximo de planejamento e coordenação da administração pública estadual.

Art. 11. O Conselho de Administração do Estado de São Paulo é o órgão máximo de planejamento e coordenação da administração pública estadual, exercendo as funções de planejamento, coordenação, controle e avaliação da administração pública estadual.

Parágrafo único. Os membros do Conselho de Administração do Estado de São Paulo são nomeados pelo Governador do Estado, para um mandato de quatro anos, renovável por igual período.

### Da Diretoria

Art. 12. A Diretoria do Estado de São Paulo é o órgão máximo de execução da administração pública estadual, exercendo as funções de execução, controle e avaliação da administração pública estadual.

§ 1º. O Conselho de Administração do Estado de São Paulo é o órgão máximo de planejamento e coordenação da administração pública estadual, exercendo as funções de planejamento, coordenação, controle e avaliação da administração pública estadual.

§ 2º. O Conselho de Administração do Estado de São Paulo é o órgão máximo de planejamento e coordenação da administração pública estadual, exercendo as funções de planejamento, coordenação, controle e avaliação da administração pública estadual.

Art. 13. O Conselho de Administração do Estado de São Paulo é o órgão máximo de planejamento e coordenação da administração pública estadual, exercendo as funções de planejamento, coordenação, controle e avaliação da administração pública estadual.

Art. 14. O Conselho de Administração do Estado de São Paulo é o órgão máximo de planejamento e coordenação da administração pública estadual, exercendo as funções de planejamento, coordenação, controle e avaliação da administração pública estadual.

2tab2

2tab2

- III - elaborar e assegurar a execução do programa anual de atividades;
- IV - elaborar e apresentar à assembleia geral o relatório anual;
- V - nomear comissões especiais e pertinentes, grupos de trabalho, convocando para integrá-los membros da Diretoria ou do quadro de associados;
- VI - submeter à assembleia geral a proposta de programação anual da entidade;
- VII - apreciar e deliberar sobre pedido de admissão no quadro associativo, notadamente os efetivos;
- VIII - autorizar a obtenção de empréstimos e a celebração de contratos;
- IX - firmar parcerias com instituições públicas e privadas para mútua colaboração em atividades de interesse comum;
- X - contratar e demitir funcionários;
- XI - convocar assembleia geral;
- XII - apreciar pedido de inclusão no quadro de associados, notadamente os efetivos;
- XIII - nas prestações de contas originárias de celebração de termos de colaboração e/ou fomento e acordos de cooperação, elaborar relatório de execução do objeto, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados, bem assim o relatório de execução financeira, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, e as devidas justificativas no caso de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho, que, posteriormente deverá ser apreciado pelo conselho fiscal;
- IX - cuidar para a divulgação da plataforma eletrônica dos documentos relacionados a prestação de contas, exigidos na legislação de regência, com a devida certificação digital;

§1º. A quaisquer dos integrantes da Diretoria é facultada a convocação da assembleia geral, na forma do inciso III do artigo 21 deste estatuto.

**Art. 20.** A Diretoria reunir-se-á:

- I—ordinariamente, a critério da diretoria, mensalmente;
- II - extraordinariamente, sempre que necessário e, no caso de necessidade imperiosa, com aviso prévio por escrito de ao menos 24 (vinte e quatro) horas.

§ 1º. Das reuniões, a critério dos seus membros, lavrar-se-á ata.

**Art. 21.** Compete ao presidente:

- I - zelar com dedicação pelo bom andamento, ordem e prosperidade da entidade;
- II - representar a entidade ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, podendo delegar a representação mediante procuração;

2tab

2tab



- III - convocar e presidir a assembleia geral, autorizado a convocação e presidência do ato aos demais membros da diretoria;
- IV - convocar e presidir as reuniões da Diretoria;
- V - convocar o Conselho Fiscal;
- VI - cumprir e fazer cumprir este estatuto e o Regimento Interno, desde que instituído;
- VII - admitir e dispensar os empregados e prestadores de serviço, quando for necessário, atendendo o disposto neste estatuto;
- VIII - propor à assembleia geral a criação de departamentos e indicar os associados ocupantes das funções, para melhorar o desempenho e a coordenação dos trabalhos e atividades desenvolvidas;
- IX - autorizar a execução dos planos de trabalho do corpo funcional, aprovados pela Diretoria;
- X - elaborar e implementar portarias internas de funcionamento em respeito à aplicação das normas que regem a entidade;
- XI - delegar as atribuições que julgue necessárias para maior flexibilidade funcional da entidade;
- XII - assinar, com o tesoureiro, todos os cheques, ordens de pagamentos e títulos que representem obrigações financeiras da entidade;
- XIII - movimentar fundos, em parceria com o tesoureiro, abrir e encerrar contas bancárias e movimentá-las, delegando-as exclusivamente a este último, de forma expressa (procuração);
- XIV - assinar convênios e ajustes da mesma natureza com órgãos públicos, contratos, acordos e empréstimos com instituições públicas e privadas, nacionais ou internacionais, para implantação de atividades compatíveis com as finalidades da entidade;
- XV - nomear procuradores para representação, com poderes específicos e determinados;
- XVI - com a expressa autorização da assembleia geral, adquirir bens imóveis e aceitar doações com encargos onerados e alienar, hipotecar, dar em caução ou permuta bens.

**Parágrafo único** – Compete ao vice-presidente, substituir legalmente o presidente, em suas faltas, assumir suas atribuições, bem assim no caso de vacância, sem prejuízo de, concomitantemente, auxiliá-lo na gestão da entidade, inclusive convocar assembleia geral.

**Art. 22.** Compete ao secretário:

- I – superintender, organizar e dirigir os serviços da secretaria;





- II – ter sob sua guarda toda a documentação referentes aos atos emitidos pela diretoria e assembleia geral, excetuando-se os de natureza financeira e contábil;
- III – secretariar as reuniões da diretoria e assembleia geral e redigir as atas, facultada sua delegação a critério do presidente;
- IV – publicar e noticiar as atividades;
- V – responsabilizar-se pelos serviços de divulgação dos trabalhos sociais e projetos desenvolvidos.

**Art. 23.** Compete ao tesoureiro

- I - superintender, organizar e dirigir os serviços de tesouraria, zelando pelo equilíbrio, correção e propriedade orçamentária;
- II - arrecadar a receita e efetuar o pagamento das despesas;
- III - dirigir e fiscalizar a contabilidade, zelando para que seja feita de forma legal e dentro dos princípios dessa administração, e ter sob sua guarda os livros e documentos necessários para esses fins;
- IV - apresentar, mensalmente, à Diretoria o balanço do movimento da receita e despesas do mês anterior;
- V - guardar, sob sua responsabilidade, todos os valores em moeda ou títulos pertencentes;
- VI - assinar com o presidente, todos os cheques, ordens de pagamentos e títulos que representem obrigações financeiras.

**Art. 24.** No caso de vacância de um ou mais cargos de Diretoria, os substitutos serão escolhidos pela assembleia geral, por maioria de votos dos presentes, e exercerão suas funções até o término do mandato da Diretoria, salvo o previsto no § único do artigo 20, facultado ao vice-presidente prosseguir nas atribuições do presidente.

## **CAPÍTULO IV**

### **DO CONSELHO FISCAL**

**Art. 25.** O Conselho Fiscal, órgão de assessoramento da entidade para assuntos de fiscalização da gestão patrimonial e financeira da Diretoria, compõem de 02 (dois) membros, escolhidos pela assembleia geral.

**§ 1º.** O mandato do Conselho Fiscal coincidirá com o mandato da Diretoria, podendo ser reconduzidos.





II - ter sido guilhotinado a documentação referente ao processo de licitação;  
III - ter sido encaminhado o processo de licitação para a Comissão de Licitação;  
IV - ter sido encaminhado o processo de licitação para a Comissão de Licitação;  
V - ter sido encaminhado o processo de licitação para a Comissão de Licitação;  
VI - ter sido encaminhado o processo de licitação para a Comissão de Licitação;

Art. 24. O Conselho Fiscal é composto por:  
I - o representante legal da entidade, eleito pelo Conselho Fiscal;  
II - o representante legal da entidade, eleito pelo Conselho Fiscal;  
III - o representante legal da entidade, eleito pelo Conselho Fiscal;  
IV - o representante legal da entidade, eleito pelo Conselho Fiscal;  
V - o representante legal da entidade, eleito pelo Conselho Fiscal;  
VI - o representante legal da entidade, eleito pelo Conselho Fiscal;

Art. 25. O Conselho Fiscal é composto por:  
I - o representante legal da entidade, eleito pelo Conselho Fiscal;  
II - o representante legal da entidade, eleito pelo Conselho Fiscal;  
III - o representante legal da entidade, eleito pelo Conselho Fiscal;  
IV - o representante legal da entidade, eleito pelo Conselho Fiscal;  
V - o representante legal da entidade, eleito pelo Conselho Fiscal;  
VI - o representante legal da entidade, eleito pelo Conselho Fiscal;

## CAPÍTULO IV

### DO CONSELHO FISCAL

Art. 26. O Conselho Fiscal é composto por:  
I - o representante legal da entidade, eleito pelo Conselho Fiscal;  
II - o representante legal da entidade, eleito pelo Conselho Fiscal;  
III - o representante legal da entidade, eleito pelo Conselho Fiscal;  
IV - o representante legal da entidade, eleito pelo Conselho Fiscal;  
V - o representante legal da entidade, eleito pelo Conselho Fiscal;  
VI - o representante legal da entidade, eleito pelo Conselho Fiscal;

Art. 27. O Conselho Fiscal é composto por:  
I - o representante legal da entidade, eleito pelo Conselho Fiscal;  
II - o representante legal da entidade, eleito pelo Conselho Fiscal;  
III - o representante legal da entidade, eleito pelo Conselho Fiscal;  
IV - o representante legal da entidade, eleito pelo Conselho Fiscal;  
V - o representante legal da entidade, eleito pelo Conselho Fiscal;  
VI - o representante legal da entidade, eleito pelo Conselho Fiscal;

2tab5

2tab5

§ 2º. O Conselho Fiscal se reunirá por iniciativa da Diretoria ou por solicitação de 1/5 dos associados.

**Art. 26.** Compete ao Conselho Fiscal:

- I - contribuir para o contínuo aperfeiçoamento das rotinas contábeis e administrativas;
- II - emitir, após devido exame, parecer à assembleia geral, sobre os balancetes mensais, o balanço e a prestação de contas anuais, os relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre todas as operações patrimoniais realizadas pela entidade;
- III - examinar os livros contábeis e demais documentos relativos as escrituras;
- IV - verificar o estado do caixa e os valores em depósito;
- V - apresentar relatórios de receitas e despesas, sempre que forem solicitados;
- VI - expor à assembleia geral as irregularidades ou erros porventura encontrados, sugerindo as medidas necessárias ao seu saneamento;
- VII - convocar extraordinariamente a assembleia geral e os membros da Diretoria, para apresentação de assuntos pertinentes a sua competência.

**Parágrafo único.** As contas da Diretoria, cujo mandato se encerra, serão obtidas de pareceres do Conselho Fiscal.

**Art. 27.** A entidade não distribuirá lucros, resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio, sob nenhuma forma ou pretexto.

**Art. 28.** A entidade adotará práticas de gestão administrativas necessárias e suficientes para coibir a obtenção individual ou coletiva, de benefícios e vantagens pessoais, em decorrência da participação nos processos decisórios.

**Parágrafo único.** A entidade conservará em boa ordem, pelo prazo de 10 (dez) anos, contados da data da emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem assim a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham modificar a sua situação patrimonial, bem como os documentos que instruíram as prestações de contas decorrentes de parcerias formalizadas por meio de termos de colaboração, fomento ou acordos de cooperação com a administração pública.





2. O Conselho de Administração da Companhia, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo estatuto social, resolveu aprovar o seguinte:

Art. 1.º - A Companhia, por meio do Conselho de Administração, resolveu aprovar o seguinte:

I - A Companhia, por meio do Conselho de Administração, resolveu aprovar o seguinte:

II - A Companhia, por meio do Conselho de Administração, resolveu aprovar o seguinte:

III - A Companhia, por meio do Conselho de Administração, resolveu aprovar o seguinte:

IV - A Companhia, por meio do Conselho de Administração, resolveu aprovar o seguinte:

V - A Companhia, por meio do Conselho de Administração, resolveu aprovar o seguinte:

VI - A Companhia, por meio do Conselho de Administração, resolveu aprovar o seguinte:

VII - A Companhia, por meio do Conselho de Administração, resolveu aprovar o seguinte:

VIII - A Companhia, por meio do Conselho de Administração, resolveu aprovar o seguinte:

IX - A Companhia, por meio do Conselho de Administração, resolveu aprovar o seguinte:

X - A Companhia, por meio do Conselho de Administração, resolveu aprovar o seguinte:

XI - A Companhia, por meio do Conselho de Administração, resolveu aprovar o seguinte:

XII - A Companhia, por meio do Conselho de Administração, resolveu aprovar o seguinte:

XIII - A Companhia, por meio do Conselho de Administração, resolveu aprovar o seguinte:

2tab3

2tab3



## CAPÍTULO V

### DO PATRIMÔNIO E DAS FONTES E RECURSOS PARA A MANUTENÇÃO

**Art. 29.** O patrimônio da entidade será constituído de recursos obtidos a partir dos seguintes meios:

- I** - contribuições de seus associados;
- II** - doações, legados e heranças de bens, valores e direitos;
- III** - bens, valores e direitos provenientes de rendas patrimoniais;
- IV** - bens, valores e direitos derivados das atividades exercidas pela entidade;
- V** - campanhas para arrecadação de recursos, tais como: eventos sociais, incentivos a doações, vendas de produtos e publicações, desde que sejam atividades de natureza secundária e não principal, e que todo resultado seja investido no cumprimento dos fins da entidade;
- VII** - receitas provenientes do uso e da exploração dos direitos de propriedade intelectual;
- VIII** - recursos originários de ajustes celebrados com o Poder Público, bem como os decorrentes;
- IX** - outras fontes aprovadas pela assembleia geral;
- X** - licenciamento de produtos derivados da exploração do nome, marca e símbolo da entidade;
- XI** - valores originários de ajustes celebrados na forma da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, vinculados a execução de projetos com a administração pública, decorrentes de termos de colaboração e fomento;
- XII** - receber doações de empresas, até o limite de 2% (dois por cento) de sua receita bruta (art. 84-B, I, da Lei Federal nº 13.019, de 31/07/2014);
- XIII** - receber bens móveis considerados irrecuperáveis, apreendidos, abandonados ou disponíveis, administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (art. 84, II, da Lei Federal nº 13.019, de 31/07/2014);
- XIV** - distribuir ou prometer distribuir prêmios, mediante sorteios, vale-brindes, concursos ou operações assemelhadas, com intuito de arrecadar recursos adicionais destinados à sua manutenção ou custeio da entidade (art. 84-B, III, da Lei Federal nº 13.019, de 31/07/2014);



2tab5

2tab

**Art. 30.** Todo patrimônio e receitas de entidade deverão ser investidos nos objetivos e fins aos quais se dedica, sempre ressalvados os gastos despendidos em razão do seu funcionamento administrativo.

**§ 1º.** A entidade não distribui resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas de seu patrimônio a dirigentes, mantenedores ou associados, sob nenhuma forma ou pretexto.

**§ 2º.** Todos os bens, rendas, recursos e eventuais resultados operacionais serão aplicados integralmente na manutenção e no desenvolvimento dos objetivos institucionais, através da execução de seus projetos e programas sociais.

**§ 3º.** Os recursos advindos dos poderes públicos deverão ser aplicados no município em que a entidade tem sua sede, ou, no caso de haver unidades prestadoras a ela vinculadas, no âmbito do estado concessor.

**Art. 31.** O exercício social compreenderá o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de cada ano;

**Art. 32.** No caso de dissolução ou extinção da instituição, o patrimônio e os bens remanescentes, após os pagamentos de todas as dívidas, se existentes, serão doados a uma entidade congênere, registrada no CNAS- Conselho Nacional de Assistência Social, ou órgão competente que vier a substituí-lo, a critério da Assembleia Geral.

## **CAPÍTULO VI DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS**

**Art. 33.** A prestação de contas a entidade observará as seguintes normas:

- I** - os princípios fundamentais de contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade, Resolução CFC Nº 750/93 de 29 de dezembro de 1993 e alterações;
- II** - a publicidade, em qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, o relatório de atividades e as demonstrações financeiras da entidade, incluindo as certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS, colocando-os à disposição para exame de qualquer cidadão;
- III** - a realização de auditoria, inclusive por auditores externos independentes, se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos, objeto de Termo de Parceria ou Fomento, conforme previsto em regulamento;





Art. 30. O Poder Judiciário, no âmbito de sua competência, assegurará a defesa dos direitos individuais e coletivos, bem como a defesa do patrimônio público e social, e a defesa do meio ambiente, inclusive mediante a tutela de interesses difusos e coletivos.

§ 1º. A defesa dos direitos individuais e coletivos, bem como a defesa do patrimônio público e social, e a defesa do meio ambiente, inclusive mediante a tutela de interesses difusos e coletivos, é atribuição do Poder Judiciário.

§ 2º. A defesa dos direitos individuais e coletivos, bem como a defesa do patrimônio público e social, e a defesa do meio ambiente, inclusive mediante a tutela de interesses difusos e coletivos, é atribuição do Poder Judiciário.

§ 3º. O Poder Judiciário, no âmbito de sua competência, assegurará a defesa dos direitos individuais e coletivos, bem como a defesa do patrimônio público e social, e a defesa do meio ambiente, inclusive mediante a tutela de interesses difusos e coletivos.

Art. 31. O Poder Judiciário, no âmbito de sua competência, assegurará a defesa dos direitos individuais e coletivos, bem como a defesa do patrimônio público e social, e a defesa do meio ambiente, inclusive mediante a tutela de interesses difusos e coletivos.

Art. 32. O Poder Judiciário, no âmbito de sua competência, assegurará a defesa dos direitos individuais e coletivos, bem como a defesa do patrimônio público e social, e a defesa do meio ambiente, inclusive mediante a tutela de interesses difusos e coletivos.

## CAPÍTULO IV DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS

Art. 33. A prestação de contas é obrigação dos titulares dos cargos públicos, em relação aos recursos públicos, e dos titulares dos cargos públicos, em relação aos recursos públicos, e dos titulares dos cargos públicos, em relação aos recursos públicos.

2tab

2tab



IV - a prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos será feita conforme determina o parágrafo único do artigo 70 da Constituição Federal;

V - A Associação realizará a prestação de contas com técnica contábil que permita ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas.

## CAPÍTULO VII

### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 34.** O presente estatuto poderá ser reformado nos termos do presente estatuto (parágrafo único, art. 59 do C.C.), e entrará em vigor na data de seu registro no Cartório de Pessoas Jurídicas da Cidade e Comarca de São Carlos – SP.

**Art. 35.** Os casos omissos no presente estatuto serão resolvidos pela Diretoria e referenciados pela assembleia geral.

**Art. 36.** A entidade será dissolvida por decisão de assembleia geral extraordinária, especialmente convocada para esse fim, quando se tornar impossível a continuação de suas atividades.

São Carlos, 29 de outubro de 2025.



Mirian de Fátima Aparecida Fabricio Picon

**Presidente**



José Wellington de Araujo  
OAB/SP nº 393.750

2º TABELÃO DE SÃO CARLOS/SP (16) 2107.4000  
Rua São Sebastião, 1964, centro, São Carlos-SP

Reconheço POR SEMELHANÇA (S/V), a(s) firma(s) (1)  
MIRIAN DE FÁTIMA APARECIDA FABRICIO PICON, (1)  
JOSÉ WELLINGTON DE ARAUJO  
São Carlos, 29 de outubro de 2025 11.46.12  
Emol: R\$17,22. Em test. da verdade P. 33

Jeferson de Souza - escrevente  
Selo: S20976AA0080652  
Válido somente com selo de autenticidade  
OBS:



Jeferson de Souza  
Escrevente



**Oficial de Registro Civil de Pessoa Jurídica da Comarca de  
São Carlos - SP**

Cesar Augusto Di Natale Nobre - Oficial

Protocolado e Microfilmado sob nº 41.841 em 06/02/2026,  
registro primitivo 3336, Averbado sob o Nº 14, Registrado  
eletronicamente sob nº 7035.

Selo digital: 1144134TABQ000021979DL26R

Selo digital: 1144134PJRL000021980PX26F

Selo digital: 1144134TICM000021981VC26I

São Carlos, 06/02/2026.

  
Henderson Welliton Munhoz Escrevente